



Serviço Público Federal  
Ministério da Educação  
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ESAN – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

ELIANE DE SOUZA ANDRADE

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DE BASE  
AGRÍCOLAS NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DE MATO GROSSO DO SUL.**

Campo Grande  
2019

**ELIANE DE SOUZA ANDRADE**

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DE BASE  
AGRÍCOLAS NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DE MATO GROSSO  
DO SUL.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestrado, com ênfase em agronegócio pela Escola de Administração e Negócios da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Mayra Batista Bitencourt Fagundes.

Coorientador: Prof. Dr. Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

ANDRADE, Eliane de Souza.  
DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DE BASE AGRÍCOLA NAS  
REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DE MATO GROSSO DO SUL. -- 2019  
91 f.

Orientador: Mayra Batista Bitencourt Fagundes  
Co-orientador: Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola de Administração e Negócios, Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração, Campo Grande – MS, 2019.

1. Crescimento. 2. Emprego. 3. Shift-share. I. BITTENCOURT, Mayra, oriente. II. FIGUEIREDO, Adriano, coorient. III. Título

**ELIANE DE SOUZA ANDRADE**

**DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DAS ATIVIDADES DE BASE  
AGRÍCOLAS NAS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS DE MATO  
GROSSO DO SUL.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestrado em Administração, com ênfase em agronegócio, pela Escola de Administração e Negócios, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Programa de Pós-Graduação *strict sensu* em Administração.

Aprovada em: 11/06/2019

COMISSÃO EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mayra Batista Bitencourt Fagundes  
Orientadora – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof. Dr. Leandro Sauer  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Daniel Massen Frainer  
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Membro Externo

Dedico a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe e ao meu pai pelo incentivo na busca incessante do conhecimento.

Ao meu marido Lucas, que me deu base para vencer esse desafio.

As minhas irmãs Elisabeth e Ana Paula e aos meus cunhados Leonardo e Cassio, pelo carinho e apoio sempre.

À minha orientadora professora Dra. Mayra Batista Bittencourt, pela sua compreensão, objetividade, paciência e por suas contribuições valiosas no processo de elaboração deste trabalho, fica aqui expressa a minha eterna gratidão.

À UFMS e aos professores e funcionários do PPGAD, pelo conhecimento transmitido e o atendimento cordial e eficiente.

Ao meu coorientador professor Dr. Adriano Marques Rodrigues Figueiredo por compartilhar suas sabedorias intelectuais e pelos desafios colocados, pelas contribuições e as correções e, principalmente por me incentivar nos momentos mais difíceis em que a construção deste trabalho apresentou. A quem em tão poucas linhas é insuficiente para agradecer.

Aos colegas e amigos pelo apoio e incentivo. Por fim, agradeço a todos que contribuíram para conclusão desse trabalho.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica do mercado de trabalho das atividades de base agrícolas nas regiões geográficas imediatas de Mato Grosso do Sul, no período de 2010 a 2016. Para atingir esse objetivo, buscou-se conciliar algumas medidas de desenvolvimento regionais com a análise (*shift-share*) a partir do modelo de Arcelus. Dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) são utilizados como referência. Em primeiro se reporta sobre a trajetória da economia do Estado de MS, enfatizando as principais transformações na conjuntura econômica e, por conseguinte, faz-se uma contextualização histórica e política de da formação do estado e uma breve explicação sobre a dinâmica do emprego. Como observado a reestruturação produtiva e as mudanças da base técnica promoveram dinâmicas regionais diferenciadas na estrutura produtiva dos setores de MS e do emprego. Levando em consideração essa diferenciação das regiões faz-se uma breve revisão das teorias do desenvolvimento regional com o objetivo de elucidar as principais explicações quanto às causas e aos meios que determinam dinâmicas de crescimento divergentes entre as regiões. Posteriormente, é apresentada a metodologia a ser empregada no texto, envolvendo as medidas de desenvolvimento regional e o modelo shift-share. Por fim, são apresentados os resultados obtidos por um lado, é possível observar que, utilizando o método de análise regional através do coeficiente de localização, os resultados apontam para uma tendência de dispersão entre as atividades das regiões, ao passo que o setor de agropecuária tende a se concentrar, destacando-se em diversas regiões, exceto na RGI de Campo Grande, o que indica baixa capacidade de se alterar o perfil da estrutura produtiva do estado. Por outro, a partir da aplicação do método de Arcelus, verificou-se que, no que se refere à competitividade do setor agrícola ela foi positiva para o total das regiões, exceto para RGI de Campo Grande e Paranaíba, influenciados, principalmente, pelos setores de serviços. Quanto ao emprego no setor secundário as regiões que apresentaram variação positiva de emprego para esses setores foram Três Lagoas e Nova Andradina e Dourados. Quanto se aplica o método decomposto entre os efeitos *setorial*, *competitivo* e de *alocação*, observa-se que: i) as RGIs se especializam em setores mais dinâmicos (efeito setorial positivo); ii) a maioria dos setores apresentou um efeito competitivo negativo, indicando que há setores que cresceram a taxas inferiores ao crescimento em nível estadual; e iii) verificou-se maior quantidade de setores com vantagens competitivas especializadas, bem como menor número de setores com vantagens competitivas não especializadas (efeito alocação). Ademais, quando se decompôs os efeitos no método de Arcelus, verificou-se

que a agropecuária foi o setor de destaque na maioria das regiões, resultando em vantagem competitiva especializada. Já no que se refere às RGIs, de maneira geral, quanto aos setores, a agropecuária se mostrou mais dinâmica em termos de crescimento de emprego.

**Palavras-chave:** Crescimento. Emprego. Shift-share.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the labor market dynamics of agricultural basic activities in the immediate geographic regions of Mato Grosso do Sul, in the period from 2010 to 2016. In order to achieve this objective, it was sought to reconcile some regional development measures with the analysis (shift-share) from the Arcelus model. Secondary data from the Annual Social Information Ratio (RAIS) are used as a reference. First, it reports on the trajectory of the MS State economy, emphasizing the main transformations in the economic conjuncture and, consequently, it becomes a historical and political contextualization of the formation of the state and a brief explanation on the dynamics of employment. As observed the productive restructuring and the changes of the technical base promoted different regional dynamics in the productive structure of the MS and employment sectors. Taking into account this differentiation of regions, regional development theories are briefly reviewed in order to elucidate the main explanations as to the causes and the means that determine divergent growth dynamics between regions. Subsequently, the methodology to be used in the text is presented, involving the regional development measures and the shift-share model. Finally, the results obtained on the one hand, it is possible to observe that, using the method of regional analysis through the localization coefficient, the results point to a tendency of dispersion between the activities of the regions, while the agricultural sector tends to concentrate, standing out in several regions, except in the RGI of Campo Grande, which indicates low capacity to change the profile of the productive structure of the state. On the other hand, from the application of the Arcelus method, it was verified that, with respect to the competitiveness of the agricultural sector, it was positive for the total of the regions, except for RGI of Campo Grande and Paranaíba, influenced mainly by the sectors services. As for employment in the secondary sector, the regions that presented positive employment variation for these sectors were Três Lagoas and Nova Andradina and Dourados. When applying the decomposed method between sectoral, competitive and allocation effects, it is observed that: i) RGIs specialize in more dynamic sectors (positive sectoral effect); ii) the majority of sectors had a negative competitive effect, indicating that there are sectors that grew at a lower rate than the state level; and iii) there was a greater number of sectors with specialized competitive advantages, as well as fewer sectors with non-specialized competitive advantages (allocation effect). In addition, when the effects were decomposed in the Arcelus method, it was verified that agriculture was the highlight in

most regions, resulting in a specialized competitive advantage. Regarding the RGIs, in general, for the sectors, agriculture and livestock production was more dynamic in terms of employment growth.

**Keywords:** Growth. Employment. Differential-Structural Method.

## LISTA DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1: Códigos CNAE 2.0 com dois dígitos divisão.....   | 38 |
| Tabela 2: Hierarquia do código CNAE 2.0.....   | 39 |
| Tabela 3: Contribuição das Regiões Imediatas no PIB/MS 2010-2016 (em %) .....  | 54 |
| Tabela 4: Evolução da Participação dos setores de atividades na composição do PIB/MS 2010-2016 .....   | 56 |
| Tabela 5: Saldo de trabalhadores empregados nas RGIs de MS no ano de 2010 e 2016, segundo setores do IBGE .....  | 61 |
| Tabela 6: Total de Empregos formais por ano no Estado de MS de em 2010 e 2016 .....  | 62 |
| Tabela 7: Saldo do emprego no mercado de Trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul 2010 e 2016 por número de pessoas .....   | 63 |
| Tabela 8: Relação emprego regional sobre o emprego total de Mato Grosso do Sul 2010 e 2016 por RGI .....   | 65 |
| Tabela 9: Divisões CNAE 20 mais relevantes em 2010 .....   | 65 |
| Tabela 10: Divisões CNAE 2.0 mais relevantes em 2016 .....   | 66 |
| Tabela 11: Quociente de localização do emprego formal por regiões imediatas e atividade de Mato Grosso do Sul de 2010 .....  | 67 |
| Tabela 12: Quociente de Localização do Emprego Formal por regiões imediatas e Atividades de Mato Grosso do Sul de 2016 .....   | 68 |
| Tabela 13: Diversidade das RGIS no ano de 2010 .....   | 72 |
| Tabela 14: Diversidade das RGIS no ano de 2016 .....   | 73 |
| Tabela 15: Decomposição clássica dos efeitos de alterações no emprego formal segundo Dunn (1960), Setor Primário, Secundário, Terciário 2010-2016 em número de pessoas ..... | 75 |
| Tabela 16: Decomposição dos efeitos de alterações no emprego formal segundo Arcelus (1984) 2010/2016 em número de pessoas.....   | 81 |

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

|   |    |
|---|----|
| Figura 1: Regiões Imediatas do Estado de Mato Grosso do Sul .....   | 52 |
| Figura 2: Regiões Geográficas Intermediárias de MS .....  | 58 |
| Figura 3: Saldos de trabalhadores empregados em no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2010 a 2016 ..... | 60 |
| Quadro 1: Principais indicadores de análise regional e especial .....   | 41 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 13 |
| 1.1 A ECONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL .....   | 18 |
| 1.1.1. Contextualização Histórica e Política da Formação do MS .....                                   | 21 |
| 1.1.2 Objetivos .....  | 25 |
| 2. REVISÃO DE LITERATURA .....   | 26 |
| 2.1. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....   | 26 |
| 3 METODOLOGIA .....  | 36 |
| 3.1 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL .....  | 39 |
| 3.2 O MODELO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL (SHIFT-SHARE) .....  | 44 |
| 3.3 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL AMPLIADO E MODELO DE ARCELUS .....                                   | 47 |
| 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....  | 51 |
| 4.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS RGIS QUE CONTEMPLAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL .....                | 51 |
| 4.1.1 Perfil das Regiões Imediatas .....   | 52 |
| 4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS RGIS NO PIB/MS .....   | 53 |
| 4.3 REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS NO CONTEXTO DAS RGIS .....                                      | 57 |
| Região Geográfica Intermediária Corumbá .....  | 58 |
| Região Geográfica Intermediária Campo Grande .....   | 58 |
| Região Geográfica Intermediária Dourados .....   | 59 |
| 4.4. PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES DE BASE AGRÍCOLA NA GERAÇÃO DE EMPREGO NAS RGIS DO ESTADO DE MS ..... | 59 |
| 4.5 DINÂMICA DO EMPREGO EM MATO GROSSO DO SUL .....  | 61 |
| 4.6 O EMPREGO NAS RGIS .....   | 64 |
| 4.7 ANÁLISE DA DIVERSIDADE E COEFICIENTE LOCACIONAL .....  | 66 |
| 4.7.1 Coeficientes de Localização e Diversidade .....  | 66 |
| 4.8 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL ARCELUS (1984) .....                 | 74 |
| 4.8.1 Método Estrutural-Diferencial Regiões imediatas de Mato Grosso do Sul 2010-2016 .....            | 75 |
| 4.8.2 Método Estrutural-Diferencial Arcelus .....  | 80 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 85 |
| REFERÊNCIAS .....  | 87 |

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico regional, no Brasil, é realizado a partir de modelos econômicos e suas inter-relações com variáveis como aumento da mão de obra e crescimento do mercado de trabalho. Assim, estudar o desenvolvimento econômico regional, mediante uma análise histórica, constitui um desafio bastante significativo e uma necessidade para que se possa avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre a estruturação das diferenças regionais presentes no território brasileiro.

Neste sentido apresentar os principais Planos e Programas que abrangeram o antigo sul de Mato Grosso entre as décadas de 1970 e 1980, é uma abordagem apropriada pelo fato de que tais planos e programas tiveram impactos significativos na região, sobretudo, em consolidar o Estado de MS como celeiro agrícola. O ponto de partida é análise dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, e os principais programas derivados destes que foram aplicados no antigo sul de Mato Grosso.

Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi instituído por meio da Lei nº 5.727, de 04 de novembro de 1971, com período de execução programado para o período de 1972 a 1974 que foi criado durante o governo militar, sob o mandato do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), fazendo parte do período denominado “Milagre Econômico”. Constam, neste Plano, três grandes objetivos nacionais para o desenvolvimento brasileiro: i) inserir o Brasil entre as nações desenvolvidas; ii) duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (comparação realizada com o ano de 1969); e iii) elevar o crescimento do PIB entre 8% e 10% em 1974 (I PND, 1971, p. 9).

O estado de Mato Grosso se constituiu na visão da SUDECO, como uma “Fronteira Agrícola”, apresentando um grande potencial a ser explorado. Diante desta potencialidade, o Governo Federal atuou neste estado por meio da SUDAM (que atuava mais ao norte de MT) e SUDECO, sendo que com relação a esta última, suas diretrizes centravam-se nas metas estabelecidas pelo I PND (sobretudo no que se refere à Integração Nacional). Nesta conjuntura foi criado o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). (ABREU, 2001, pag.65)

O PRODOESTE foi criado por meio do Decreto-Lei nº 1.192, de 08 de novembro de 1971 e, de acordo com o artigo 1º, tinha como finalidade “[...] incrementar o desenvolvimento econômico do Sul dos Estados de Mato Grosso, de Goiás e do Distrito Federal”, sendo que para tal planejou-se a construção de uma rede rodoviária, de um sistema de estradas vicinais, de uma infraestrutura básica (rede de silos, armazéns,

frigoríficos etc.) bem como investimento em obras de saneamento. Segundo Abreu (2001), o Programa visava ainda propiciar a circulação tanto de mercadorias e do capital quanto de pessoas.

Com relação à área de incentivo, a incorporação das novas terras baseou-se na política de colonização voltada à produção agrícola, contando ainda com fortes incentivos fiscais (por meio da SUDAM) voltados às empresas de capital nacional e internacional a fim de estas ocupassem e se instalassem sobretudo nas terras do Norte (ABREU, 2001).

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi criado por meio da Lei nº 6.151, de 04 de dezembro de 1974 e, ao contrário do I PND que foi implementado numa conjuntura econômica favorável, este foi instituído dentro de um contexto bastante conturbado como taxas de inflação elevadas, ambiente externo desfavorável em virtude dos choques do petróleo, da redução da capacidade de financiamento por parte do setor público, dentre outros. (FONSECA E MONTEIRO, 2007).

Para Paelinck (1977), o crescimento é “um processo de transformações interdependentes que se produzem em certo período”. Essas transformações ocorrem na base produtiva e se expressam no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ao longo do tempo.

O crescimento da produtividade ou da produção por trabalhador ocorre tanto na produção dos mesmos bens, através da redução sistemática da quantidade de trabalho simples utilizado, quanto através da transferência da mão-de-obra para setores com maior conteúdo tecnológico ou maior valor adicionado per capita (PAELINCK, 1977).

A economia brasileira tem aumentado sua produtividade gradativamente e para analisar o crescimento do emprego, de acordo com dados do IBGE (2016) estima-se que o ritmo do crescimento do agronegócio brasileiro será maior que o restante do mundo, o mercado mundial está cada vez mais globalizado ao passo que a produção industrial brasileira está deixando de ser apenas nacionalizada, mas também ela passa a ser coordenada globalmente.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2016), as empresas têm investido em mão de obra qualificada e passaram a realinhar seus processos produtivos de acordo com a estrutura do mercado competitivo em que a mesma está inserida e com um alto grau de automação.

Rosenstein-Rodan (1957) *apud* Souza (1999, p. 237) diz, em sua teoria do Grande Impulso, que a existência de população concentrada nas atividades agropecuárias de países subdesenvolvidos, caracteriza um “desemprego disfarçado” ou desperdício de

mão-de-obra, uma vez que havia mais trabalhadores numa determinada região do que o necessário para a execução das atividades neste mesmo local, ocasionando uma baixa produtividade, restrição de mercado e redução do potencial de crescimento.

A política econômica do Brasil mostrou-se baseada na âncora monetária. Onde teria o papel de estabilizar os preços internos e a âncora monetária funcionaria no sentido de conter o ímpeto da economia no curto prazo, principalmente no que se refere à expansão do consumo, ocasionada pela redução da inflação. O eixo da política econômica foi a âncora cambial assentada numa política de manutenção elevada da taxa de juros, o que gerou uma supervalorização da moeda nacional, propiciando maior competitividade dos produtos importados em detrimento dos produtos nacionais. Essa política teve importantes implicações sobre a produtividade nacional, o que acabou repercutindo no comportamento do mercado de trabalho (RAMOS; BRITO, 2004).

Isto ocorre devido a busca da evolução tecnológica e pela competitividade junto a concorrência aumentando a produção e exportação, esse realinhamento via tecnologia pode gerar desemprego devido à mão de obra não qualificada (CONAB, 2016).

Segundo Rostow (2010), o crescimento econômico compreende muitas variáveis e tempos de análise, e desta forma, requer um estudo dividido em fases. Essas fases são a preparação para a decolagem, a decolagem propriamente dita e a normalização do crescimento. A preparação para essa decolagem é a fase mais longa das três, e pode-se levar décadas. Nela se desenvolve um conjunto de atitudes que serão influenciadas por questões socioculturais que culminarão, no futuro, com um sucesso na geração de riqueza, em diversas vertentes distintas.

É nessa conjuntura que o desemprego, tanto no mundo acadêmico quanto nas instâncias políticas, vem provocando reações e despertando debates sobre como reverter essa tendência de perda de postos de trabalho. Constata-se a existência de grandes divergências entre as pesquisas que abordam o assunto. Por um lado, as pesquisas apontam que o desemprego é resultado da automação microeletrônica, como uma questão estrutural, configurando o uso de uma tecnologia sofisticada e fragmentada, altamente poupadora de mão de obra. Por outro lado, é atribuído a questões conjunturais, provocadas por crises localizadas e temporárias, decorrentes das flutuações de atividade econômica. (IBGE, 2016).

No entanto, outras vertentes discutem que, embora o desemprego seja um fenômeno bem visível no Brasil, a partir da década de 1990, sua origem está relacionada com a crise do modelo de desenvolvimento que vigorou até os anos 1980, em que o país

perde sua função no processo de acumulação de capital. A crise financeira do país levou à redução dos seus investimentos, não compensada pela atuação do setor privado, determinando a estagnação econômica.

Dessa forma, as mudanças no padrão de desenvolvimento econômico, a inserção internacional e as políticas macroeconômicas nas duas últimas décadas promoveram dinâmicas nacionais, regionais e locais diferenciadas no modo de organização e gestão da produção, bem como no comportamento do mercado de trabalho (POCHMANN, 2008). Portanto, é de grande relevância a realização de estudos mais específicos sobre o desemprego, no intuito de conhecer melhor sua composição, bem como suas causas e consequências, para que seja possível delinear políticas que promovam a retomada do desenvolvimento não excludente em um contexto de crescente competitividade.

Frente à conjuntura que impõe o aumento dos níveis de produtividade e de eficiência na economia brasileira, entende-se necessário o estudo do mercado de trabalho sob a ótica regional, no sentido de identificar os dinamismos e orientar a definição de políticas voltadas para as regiões menos desenvolvidas. Ou seja, este trabalho pretende analisar diversos aspectos da literatura teórica e, mais especificamente, contribuir empiricamente com novas informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho das atividades de base agrícola nas regiões imediatas de Mato Grosso do Sul. Em outras palavras, o problema de pesquisa consiste em: Qual a participação das atividades de base agrícola no dinamismo do mercado de trabalho nas RGIs?

Para responder essa questão, este projeto trabalhou com dados secundários da geração de emprego e crescimento regional. Utilizou o modelo quantitativo denominado Shift-share, essa análise foi feita através de métodos descritivos: i) cálculo de medidas regionais como Quociente Locacional, diversidade, e desagregação setorial por subclasse CNAE; e, ii) por aplicação da análise diferencial shift-share Arcelus para o emprego formal de modo a avaliar a contribuição das atividades de base agrícola para o crescimento econômico e demonstrar o quão especializado é um município em determinada atividade econômica.

Dada importância do tema, verificou-se a produção científica sobre o método shift-share, (também chamado de Estrutural-Diferencial) e foram encontrados vários artigos e publicações com a utilização do mesmo e que resultou em alguns trabalhos que serão citados a seguir: A base lógica da aplicação é assim explicada: o crescimento do emprego é maior em alguns setores econômicos e em alguns municípios ou regiões, quando comparado a outras regiões ou outros setores ou até mesmo ao estado. Proposto

por DUN (1960) esse método é utilizado para a análise regional. Entre as principais contribuições destacam-se as de Stilwell (1969), Esteban- Marquillas (1972), Herzog e Olsen (1979) e Arcelus (1984). O primeiro trabalho no Brasil, o qual utilizou esta metodologia foi Lodder (1972). Neste trabalho o autor fez a decomposição do crescimento e do emprego da economia brasileira por estados e por setores de atividades na década de 1940 e 1950 e 1960. Após, Carvalho (1979) utilizou-se também deste procedimento, mas desta vez para a macrorregião em comparação com as microrregiões utilizando 29 setores entre 1950, 1960 e 1970.

Santos (2000) fez uma análise do dinamismo de setores econômicos e nos subsetores no Estado do Rio Grande do Sul, comparado com a região Sul, em 1986 e 1995 avaliando o comportamento do emprego, o que resultou que o Rio Grande do Sul apresentou maior dinamismo em alguns segmentos de produção onde o setor de calçados, construção civil e agricultura tem vantagem competitiva e superioridade em relação aos outros Estados Federativos. Alguns outros estudos recentes também aplicaram o método estrutural- diferencial para avaliar o estado do Rio Grande do Sul e outra de suas regiões.

Ilha e Wegner (2004) utilizaram este método para avaliar o emprego como medida de crescimento setorial em Caxias do Sul e Santana do Livramento entre 2000 e 2002. Já Souza e Souza (2004) aplicaram o método para analisar a dinâmica do crescimento do emprego na cidade de Porto Alegre entre 1990-2000. Galete (2008) analisou a estrutura de produção da indústria de transformação da microrregião de Maringá, no estado do Paraná, em relação a economia paranaense, no período de 1994 e 2008.

Junior *et al.* (2011) analisaram o dinamismo do emprego nas microrregiões do estado do Paraná em 2005 e 2009. Lima e Simões (2011) utilizaram o método estrutural diferencial juntamente com as medidas de localização para identificar as microrregiões mais dinâmicas em termos de emprego e as que possuem índices mais elevados de centralização.

Filgueiras (2002) também fez análise das fontes de crescimento de culturas selecionadas no estado do Pará, entre 1979 e 2000, associando às políticas agrícolas implementadas ao longo do período pelos governos no estado. Souza et al. (2006) fizeram a análise da mão de obra familiar ocupada, dos empregos permanentes e temporários na agricultura dos municípios das regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, no período de 1970 e 1995.

Felipe e Maximiano (2008) também utilizaram o modelo shift-share para analisar as fontes de crescimento da produção da agricultura no estado de São Paulo, entre 1990

e 2005. Vieira (2012) utilizou o método para analisar a dinâmica do mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul, por setor de atividades e microrregiões, no período de 1990 a 2010. Assim, vale ressaltar que os autores justificam a utilização do método diferencial como uma forma um pouco mais precisa para verificar as variáveis do emprego. Vale lembrar que o método não é uma teoria explicativa do crescimento regional, mas gera informações para identificar os componentes deste crescimento.

A contribuição esperada desta dissertação é um aprofundamento da compreensão sobre as questões do comportamento do mercado de trabalho, principalmente no que se refere a análise para as regiões geográficas imediatas, uma metodologia nova criada pelo IBGE a partir do ano de 2017. Este trabalho pretende sugerir respostas para questões que não foram respondidas por trabalhos anteriores. Outras contribuições estão na desagregação por subclasses da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e na decomposição ampliada proposta por Arcelus (1984), ainda não utilizada para esta finalidade no Brasil.

A presente pesquisa tem um caráter de grande importância para o Estado de Mato Grosso do Sul, e seus resultados contribuirão para futuras tomadas de decisão, seja na esfera pública ou privada, no sentido de auxiliar os processos decisórios que contribuam para o desenvolvimento regional.

## 1.1 A ECONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

De acordo com Piffer (2012) o crescimento econômico regional de Mato Grosso do Sul decorreu da expansão e do aumento das atividades de base agrícola, que são focadas no setor primário da economia. Ao integrar-se com outras regiões brasileiras e internacionais, por meio do comércio inter-regional, as regiões geograficamente imediatas apresentam um crescimento de renda real, pela manutenção do dinamismo da (s) atividade (s) de base e da difusão do seu dinamismo para outros ramos produtivos, tanto pela demanda de insumos, como pela demanda complementar de bens e de serviços.

Na atividade pecuária, a criação de gado é a mais difundida no estado, sendo que as principais pastagens são as da região do Pantanal. Existem ainda no estado, grandes criações de suínos, ovinos, equinos e galinácea. A agricultura se baseia nos cultivos de arroz, café, trigo, milho, feijão, mandioca, algodão, amendoim, cana-de-açúcar e, principalmente, soja, produto do qual o estado é um dos maiores produtores do Brasil

(MAPA,2016).

A qualidade da terra que existe no estado de Mato Grosso do Sul, o clima favorável, abundância de terras, associado ao uso intensivo de tecnologia no campo, e os investimentos realizados tanto pelo setor público quanto privado, no sentido de melhoria de infraestrutura, para o escoamento da produção, contribuem para que o setor aumente seus índices de produtividade da terra (BRASIL, 2010).

O estado de Mato Grosso do Sul tem se destacado nacionalmente na produção de grãos principalmente nas culturas de soja e milho. A produção de soja referente à safra 2015/2016 do estado de Mato Grosso do Sul foi de 7.241.400 toneladas, representando um percentual de 7,59% da produção nacional e a produtividade média do estado foi de 2.980 kg/ha, ficando superior à média nacional, que foi de 2.870 kg/ha. Os números da produção de milho também aumentaram e o estado ficou com o terceiro lugar participou com 9,40% da produção nacional com o total de 6.269.500 toneladas, apesar da produtividade estadual ser menor que a nacional: 3.730 kg/ha contra 4.189 kg/ha (CONAB, 2016).

Um produto que vem ganhando espaço na economia sul-mato-grossense é o cultivo da cana-de-açúcar. Na safra 2005/2006 sua produção no estado de MS foi de 9.799.000 toneladas, e foi crescendo passo a passo atingindo o valor de 48.685.400 toneladas na safra 2015/16, representando 7,31% da produção nacional. Destaca-se que outro fator positivo foi a produtividade alcançada em 2015/16, na ordem de foi de 81.582 kg/ha, sendo superior à produtividade média nacional que foi de 76.903 kg/ha (CONAB 2016).

A criação de suínos também vem ganhando espaço na produção estadual. Em 2015, MS possui um rebanho de 1.281.775 cabeças, ocupando a oitava posição no *ranking* nacional, melhorando, assim, seu posicionamento, pois em 2013 ocupava a décima posição (SEMADE, 2015; IBGE, 2015).

No setor secundário, a atividade que apresentou um maior destaque foi a indústria de papel e celulose. Suas atividades foram iniciadas em 2009, data em que a produção total (papel e celulose) alcançou 969.000 toneladas e, em 2012, produziu 1.508.000 toneladas. Já, no ano de 2016, a produção foi de 2,9 milhões de toneladas o que representa aproximadamente 17% da produção nacional, que está voltada principalmente para o mercado externo (IBGE,2015).

No contexto internacional, o estado de Mato Grosso do Sul se apresenta como uma importante alternativa de investimento em economia real, não só para o Brasil, mas

também para o exterior, pois, além da sua alta capacidade competitiva na produção de alimentos, em escala mundial, possui também um imenso potencial de recursos naturais a serem pesquisados e trabalhados em diversas bases sustentáveis (PPA, 2007).

Tendo em vista o estrangulamento energético mundial, em decorrência da limitação das reservas dos combustíveis fósseis, o estado de Mato Grosso do Sul, para o suprimento dessa energia, está incentivando a produção de bioenergia (produto renovável), por meio da implantação, em parte de seu extenso território, de usinas sucroalcooleiras com cogeração de energia. O seu diferencial competitivo em relação aos demais produtores é a disponibilidade de especificidades do seu território, plano e extenso, permitindo a mecanização intensiva e o trabalho socialmente decente em condições ambientais favoráveis.

Em relação à dinâmica fronteiriça, no território de Mato Grosso do Sul, existe alto grau de relação e permeabilidade com as fronteiras internacionais – paraguaia e boliviana – por meio de seus atores, que nem sempre têm interesses comuns, e até mesmo divergentes e competitivos, resultando em diversos e graves problemas sociais, econômicos e de degradação ambiental. No entanto, as peculiaridades desse espaço permitem um relacionamento de complementaridade e de integração estratégica para benefícios de ambos os lados, se adequadamente coordenados e articulados.

De acordo com dados do IBGE (2010) pode-se observar que o MS apresentou um crescimento substancial influenciado pelas políticas de modernização agrícola e pelos investimentos em infraestrutura realizados pelos governos estaduais e federais, ocasionando a expansão do setor primário. Em outros termos, as principais políticas de desenvolvimento são responsáveis em grande parte pela inserção econômica do estado no âmbito nacional. Enquanto a economia brasileira, em meados dos anos 1980, passava por um ajuste recessivo e pela desaceleração de investimentos, o estado iniciava a fase de modernização da agropecuária comercial.

Em outras palavras, enquanto em âmbito nacional a infraestrutura existente nas áreas da produção ia ficando ultrapassada, o MS iniciava um processo de concretização das oportunidades em termos da competitividade regional. Notadamente, em termos atuais, o estado busca, através da modernização e de incentivos fiscais, a excelência em setores estratégicos de maior valor agregado, sobretudo dentro das cadeias produtivas de maior potencial como carnes, grãos, minérios, siderurgia e florestas, turismo e no setor sucroalcooleiro (IBGE 2016).

Para Chadad (1998, p. 257-58), as mudanças têm significativos efeitos sobre

a indústria, entre as quais, destacam-se: i) encurtamento dos ciclos de produção, de inovações e de negócios; ii) consolidação das tecnologias da informática e da computação, que se transformam em instrumentos hegemônicos de uma nova era econômica; iii) novas formas de gestão dos negócios de trabalho; iv) mudanças na divisão do trabalho e na alocação da mão de obra interna e entre empresas, com o advento da terceirização; e v) novos requisitos demandados ao trabalhador em termos de sua polivalência, adaptabilidade, participação, iniciativa, cooperação e conhecimento dentro dos novos processos produtivos.

### 1.1.1. Contextualização Histórica e Política da Formação do MS

Mato Grosso do Sul era constituído até 1977 de forma conjunta com o estado de Mato Grosso devido a sua localização, o Sul do até então estado do Mato Grosso possuía vantagens sobre o Norte devido a suas fronteiras com outros países e com a região sudeste, o que influenciava no escoamento da produção e a parte Sul de Mato Grosso era bem posicionada pelas suas divisas com os estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás e com a Bolívia e Paraguai. Além disso, o Sul do estado de Mato Grosso se desenvolvia numa velocidade maior que o Norte devido a sua vegetação serrana propícia para a agricultura e a pecuária.

O desenvolvimento econômico da região sul de Mato Grosso era o principal motivo para a pressão dos sulistas, para o desmembramento do Mato Grosso. Além do desenvolvimento econômico, ocorria o crescimento do conjunto de cidades existentes na região, como Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana, principalmente devido ao vínculo com a economia paulista, cujos intercâmbios permitiam o desenvolvimento comercial e da agropecuária da região (PAVÃO, 2005, p.165).

Assim, uma evolução urbana demográfica do estado de Mato Grosso do Sul ocorreu acompanhando a transformação da economia do Sul de Mato Grosso, e sua produção era baseada na pecuária. Com a perspectiva de crescimento que tinha o estado de Mato Grosso, o Centro-Oeste foi incluso dentro de programas federais que possibilitariam a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura.

De acordo com Souza (1995) o atual estado de Mato Grosso do Sul conta com

uma localização privilegiada, integrando-se, assim, aos corredores de exportação de São Paulo e Paraná. Em função das condições climáticas e do potencial hídrico, a atividade de maior destaque é a agropecuária. Essa atividade é a principal base econômica do estado, beneficiada pelas imensas áreas de chapadas, planaltos e vales. Destaca-se que nas áreas de maior fertilidade do solo prevalece a agricultura, e em áreas de menor fertilidade se destaca a pecuária.

Segundo Abreu (2001) nas décadas de 1970 e 1980 foram intensificados os investimentos a fim de desenvolver as regiões menos desenvolvidas e, com isso, muitas dessas políticas passaram a incorporar o MS que com o I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), criou-se a Superintendência de Desenvolvimento de Centro Oeste (Sudeco). Essa superintendência foi criada a fim de promover o desenvolvimento da região ou, mais especificamente, para promover a expansão da fronteira agrícola.

A região do Mato Grosso do Sul de acordo com o autor, também obteve uma série de incentivos que proporcionaram a melhoria na Infraestrutura através de programas específicos como Prodegran (Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados), Polocentro (Programa de Desenvolvimento das áreas do Cerrado) e Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal), que foram os programas que mais colaboraram para o crescimento e desenvolvimento da agricultura e pecuária na região Centro-Oeste.

Mais especificamente, segundo Abreu (2001) e Pavão (2005), os programas podem ser assim identificados;

a) Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran) - lançado em Abril de 1976 com o objetivo de modernizar a agricultura e a pecuária na região de Dourados. Na justificativa da Sudeco, essa era uma área com elevada produtividade que se encontrava sob influência direta do estado de São Paulo. Vislumbrava-se, pois, a ampliação da agropecuária, objetivando a exportação em consonância com os objetivos do II PND.

b) Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) - desenvolvido pela Sudeco no período de 1974 a 1978 com o objetivo de expandir estradas, pontes, armazéns e frigoríficos, entre outros.

c) Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) - criado em 1975, abrangia inicialmente quatro áreas selecionadas: Campo Grande/Três Lagoas; Bodoquena; e Xavantina e Parecis. No último trimestre de 1979, foi criada também a área de Cuiabá- Rondonópolis. O objetivo era desenvolver áreas desocupadas através da modernização agropecuária e das atividades florestais. Não obstante, na agricultura,

incentivava-se o cultivo da soja.

d) Programa Nacional do Álcool (Proálcool) - criado em 1975, foi o último programa na década de 1970 e tinha como objetivo principal a substituição do petróleo importado. O governo subsidiou a instalação das destilarias para a produção do álcool etílico nas regiões Norte e Leste de Mato Grosso do Sul.

De acordo com Pavão (2005) o processo de modernização da agricultura teve seu início durante os governos militares (1964-1985). Admite -se que esses programas tenham aportado desenvolvimento e expansão para a produção agropecuária no MS, mas por outro lado, é possível identificar que tais programas não foram capazes de fornecer crédito aos pequenos proprietários, determinando um caráter seletivo dessas políticas que beneficiaram, em especial, os grandes proprietários de terras.

De acordo com Reis Neto (2000), nesse período é possível constatar ainda que a região do estado do MS experimentou importantes transformações com o aumento da área plantada de soja, trigo, pastagens e no melhoramento e aumento do rebanho de corte. Ainda segundo o autor, o estado teve no desenvolvimento da agropecuária, em conjunto com a nova indústria sucroalcooleira, oportunidade para o crescimento e o desenvolvimento da agroindústria.

Dessa forma ainda de acordo com o autor acima é possível observar que nesse período o MS apresentou um crescimento substancial influenciado pelas políticas de modernização agrícola e pelos investimentos em infraestrutura realizados pelos governos estaduais e federais, ocasionando a expansão do setor primário. Enquanto a economia brasileira, em meados dos anos 1980, passava por um ajuste recessivo e pela desaceleração de investimentos, o estado iniciava a fase de modernização da agropecuária comercial.

Em relação aos setores econômicos, cumpre observar que no MS o setor primário apresenta como destaque a cultura da soja, seguida pelas culturas de milho, arroz, trigo, mandioca, algodão, feijão e cana-de-açúcar, presentes nas principais regiões agrícolas do estado. Por outro lado, a pecuária é constituída em sua maior parte pela criação de bovinos, aves e suínos. (IBGE 2010)

De acordo com os dados do IBGE (2010) o setor secundário, por sua vez, é o principal responsável pelo fornecimento de matéria-prima para a agroindústria. Mais especificamente, o setor industrial está direcionado para o beneficiamento de produtos advindos principalmente do setor agropecuário como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca e minérios. Na agroindústria de transformação, destacam-se as cadeias

de frigoríficos. Não obstante, a expectativa é de que a industrialização do estado possa ser diversificada em breve pela maior exploração das reservas minerais encontradas em Porto Murtinho, Bodoquena e Corumbá<sup>19</sup>.

O parque industrial do estado é constituído basicamente por quatro polos em fase de expansão, que podem ser assim distribuídos, conforme dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, – SEMAGRO (2011).

i) **Polo de Campo Grande** - com segmentos industriais de frigoríficos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário etc., liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia.

ii) **Polo de Dourados** - com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brilhante;

iii) **Polo de Três Lagoas** - com indústria frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, indústrias de bebidas e de madeira etc., com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado; e

iv) **Polo Industrial de Corumbá** - com indústria extrativo- mineral, indústria de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário.

Ainda de acordo com o IBGE (2011) há um grande desenvolvimento da indústria de extração no estado, que conta com uma série de potencialidades minerais como as enormes jazidas de ferro, calcário calcítico e dolomítico, manganês e mármore, entre outros. Este segmento industrial está localizado principalmente nos municípios de Corumbá e Ladário, onde se destacam a extração e beneficiamento de ferro, manganês e calcário, em Bodoquena, com a indústria de cimento, e em Ribas do Rio Pardo, com uma indústria de produção de ferro-gusa.

Conforme Oliveira (2003), a agroindústria se instalou no Mato Grosso do Sul a partir da metade da década de 1980, resultante, em grande parte, do movimento de interiorização da indústria nacional e, também, em decorrência dos incentivos fiscais e da criação de linhas de financiamentos, principalmente para a instalação de unidades de beneficiamento de soja. Esse movimento mudou o perfil de estado agrário-exportador.

Também ocorreu a consolidação da expansão sucroalcooleira. Onde, criou-se uma estratégia para promover a atração das usinas sucroalcooleira, por meio principalmente

de incentivos fiscais, como a isenção ou descontos nas alíquotas de impostos, entre outros benefícios. Além disso, pode -se destacar que o MS apresenta condições favoráveis à produção de cana-de-açúcar com disponibilidade de terras a preços competitivos, solos apropriados, localização estratégica e proximidade a grandes centros consumidores. (OLIVEIRA 2003).

O setor sucroalcooleiro está cada vez mais presente na economia do MS, em especial no que se refere à produção do etanol e do açúcar, que atualmente conta com 20 unidades industriais em operação. (SEMAGRO 2010)

É importante lembrar que também que o setor de serviços tem apresentado taxas de crescimento positivas, em especial no que se refere aos subsetores de prestação de serviços de assistência para a agricultura, pecuária, agroindústria e, principalmente, de turismo. De acordo com dados do IBGE (2010) os investimentos em áreas essenciais oferecidas, em grande parte, pelo poder público, como a educação, saúde e transporte, têm aumentado contribuindo para o aumento da participação na PEA desse setor.

### 1.1.2 Objetivos

O objetivo geral será analisar a dinâmica do mercado de trabalho das atividades de base agrícolas nas regiões geográficas imediatas de Mato Grosso do Sul, no período de 2010 e 2016.

Especificamente, pretende-se:

- a) Analisar o perfil de cada região, bem como sua participação na composição do PIB/MS, e a evolução da participação dos setores nessa composição.
- b) Avaliar a diversidade das atividades de base agrícola nas regiões geográficas imediatas de Mato Grosso do Sul;
- c) Avaliar os componentes do crescimento do emprego das atividades de base agrícola nas regiões geográficas imediatas de Mato Grosso do Sul.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Sabe-se que no Brasil, dentro de um Estado Federativo, existem várias regiões que se caracterizam por serem espaços de interação social e econômica, nos quais onde são compostas por firmas, indivíduos e instituições. O tamanho de cada região pode ser delimitado por lei ou pela zona de influência sobre determinado local. Qualquer uma destas delimitações possuem impactos sobre a produção e distribuição de bens e serviços, nível de emprego, geração e difusão de conhecimentos e inovações (SANTOS, 2012).

Esse capítulo visa apresentar as discussões teóricas sobre Teorias de Desenvolvimento Regional e o desenvolvimento do Mercado de Trabalho de Mato Grosso do Sul. Para tanto, são discutidos autores como Von Thunen (1826), Marshall (1890), Myrdal (1960) a fim de traçar um paralelo para as atividades de base agrícola a qual possui importante relevância para o crescimento e desenvolvimento do estado (pesando no crescimento econômico dos estados ou municípios onde há destaque para este tipo de atividade).

### 2.1. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O termo desenvolvimento econômico vem sendo discutido, desde o início do capitalismo contemporâneo, através de pesquisas e de intelectuais das mais diversas áreas que o utilizam em seus estudos. Para os economistas, esse conceito trata-se da relação direta entre desenvolvimento e produção, mas os mesmos também afirmam que não há uma definição que seja totalmente correta e aceita universalmente. Já os historiadores, tem uma preocupação principalmente nos aspectos estruturais principalmente com a referência de modelos alternativos ao capitalismo como o socialismo e o comunismo. Assim, esta discussão contemporânea, além de considerar produtividade econômica, aborda também a questão da produtividade social, que está mais diretamente ligada à questão do desenvolvimento econômico (VIEIRA, 2009).

A Teoria do Desenvolvimento procura discutir o constante aumento da produtividade do trabalho e sua distribuição em favor do maior bem-estar material do conjunto da população. Os aumentos da produtividade do trabalho têm como principais fontes a transferência de trabalhadores para setores mais produtivos (manufatura e incorporação de capital ou inovações) onde são adotadas técnicas produtivas avançadas.

E o mecanismo básico do desenvolvimento vem a ser o modo fundamental de elevação da produtividade, ou seja, a acumulação de capital e a realização de investimentos (FURTADO, 1961).

Em contraste com a economia brasileira, que possui elevada heterogeneidade e detém pouco capital, Furtado (1961) afirma que a estrutura produtiva dos países desenvolvidos é caracterizada por fatores como: elevado índice de capital por trabalhador; estrutura relativamente homogênea entre os setores da economia; presença de um setor produtor de bens de capital; produção diversificada e focada em bens de elevado teor tecnológico.

Para estudar os desequilíbrios regionais e para se compreender o comportamento dentro da Teoria Neoclássica, citam-se os princípios teóricos de Marshall (1890) em sua obra *Princípios da Economia: Tratado Introdutório*, que foi publicada em 1890. Os capítulos IX e X do livro II falam sobre os motivos que levam à localização das indústrias e sua aglomeração em determinadas regiões, surtindo a ideia de economias externas e como as atividades econômicas são influenciadas pelas forças de mercado. Na teoria de Marshall, existem muitos fatores que determinam a instalação das indústrias, algumas como as condições físicas do clima e do solo, e também a existência de fatores naturais próximos como minas e pedreiras e principalmente a acessibilidade às regiões terrestres ou marítimas. Para sustentar sua teoria, Marshall (1996) apresentou o histórico industrial inglês, onde indicava que as indústrias se instalam em regiões que ofereciam algum tipo de vantagem.

Observa-se na Teoria de Marshall, que as desigualdades existentes entre as regiões são superadas a partir das forças do mercado, com o avanço das tecnologias, dos interesses econômicos, e através do acesso às demais regiões e novos mercados. Essa interpretação foi contestada com o surgimento de outras teorias de desenvolvimento regional, nos anos de 1950. Mas as contribuições de Marshall sobre as economias externas deram sustentabilidade aos modelos construídos no período de base desenvolvimentista, como os modelos de “indústrias motrizes” ou “Polos de Crescimento” de Perroux, os “efeitos de encadeamento” de Hirschman e de “Causação Circular Cumulativa” de Myrdal, entre outros (FOCHEZATTO, 2010B; CAMPO, 2013).

As ideias iniciais acerca da aglomeração de produtores e suas vantagens são remetidas ao trabalho de Marshall (1890). O autor identifica que as externalidades positivas entre produtores são determinantes para que empresas do mesmo setor se localizem mais próximas umas das outras (KRUGMAN, 1998).

Marshall (1890) considerou duas externalidades pecuniárias e uma externalidade de natureza tecnológica. Os benefícios decorrentes da aglomeração resultam: *i*) da possibilidade oferecida por um grande mercado local de viabilizar a existência de fornecedores de insumos com eficiência de escala; *ii*) das vantagens decorrentes de uma oferta abundante de mão de obra; e *iii*) da troca de informações que ocorre quando empresas do mesmo setor se situam próximas umas das outras (Krugman, 1998, p.50).

Hirschman (1958) vê na desigualdade social uma necessidade ou quase um requisito do processo de desenvolvimento. Diferente do conceito de uma trajetória de crescimento contínua, sem saltos ou contratempos, o mesmo destaca a importância dos desequilíbrios. Assim, o crescimento econômico é alcançado por meio de uma sequência de desajustes. Ele afirma ainda que os desequilíbrios seriam a forma de as economias (ou regiões) periféricas potencializarem seus recursos escassos.

Nas palavras do próprio Hirschman (1958, p. 36), “... as desigualdades internacionais e inter-regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante do próprio processo de crescimento”. Hirschman identifica ainda efeitos positivos e também negativos do desenvolvimento de uma região sobre as demais. Onde há complementaridade entre as áreas, essa dinâmica poderia reduzir o desemprego disfarçado da região pobre por meio do aumento de suas exportações. Já o efeito perverso da polarização se daria principalmente pela migração seletiva em direção à região dinâmica, mas o autor a despeito dos desequilíbrios observa com algum otimismo que, no final das contas, os efeitos positivos podem prevalecer e as desigualdades regionais seriam amenizadas.

Para Hirschman (1958), o desenvolvimento econômico ocorre de forma desequilibrada e concentradora nas regiões mais dinâmicas e pressupõe uma mudança estrutural incompatível com o conceito de equilíbrio. Seguindo essas ideias, o autor ressalta que o foco principal era seguir uma política deliberada de crescimento não balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores chave da economia. Nesse sentido, defende a atuação do Estado com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento, principalmente, das regiões mais atrasadas.

Williamson (1965) afirma que “muito pouco progresso foi alcançado na formulação e comprovação de uma explicação geral da ocorrência de desigualdade na distribuição espacial da renda nacional” (WILLIAMSON, 1977, p. 53) fazendo uma crítica a estas novas Teorias de Desenvolvimento. O autor parte do princípio de auto equilíbrio, afirmando que nos estágios iniciais de desenvolvimento nacional surgem as

diferenças de renda entre as regiões, mas a partir de um determinado ponto, as mesmas diminuem dando origem a um processo de convergência entre as regiões. Essa desigualdade regional tem sua descrição estatística representada por um U invertido (WILLIAMSON, 1977, p. 62).

Para comprovar sua Teoria de U invertido Williamson (1977) é influenciado por Kuznets (1955), o qual onde afirma que na medida em que o país se desenvolve, cresce a disparidade regional devido à atração de mão-de-obra pelos polos desenvolvidos, e isso implica um êxodo do campo para a cidade. Assim, os centros urbanos, que demandam uma maior quantidade de mão-de-obra qualificada, não conseguem abrigar contingentes populacionais migrantes do campo, uma vez que a mão de obra desses trabalhadores não condiz com as qualificações exigidas. No entanto, uma distribuição desigual da renda nas cidades e também entre o campo e a cidade, e um desenvolvimento regional não balanceado podem ser observados.

Com o intuito de diminuir os custos de transporte e os custos de produção para que não fossem repassados ao consumidor na compra do produto final, surgem as Teorias (neo) clássicas da localização partindo desta relação entre os teóricos locacionais com abordagens que incluem as análises da economia clássica (HADDAD, 1989). Essas teorias de localização têm sua estrutura, na interpretação das decisões e estratégias empresariais, em uma economia de mercado, sobre o melhor local onde se instalar. O objetivo destas tomadas de decisões é minimizar custos operacionais, de transporte, de matérias-primas e do produto até a chegada do mesmo ao mercado consumidor, maximizando o lucro. Por ter essas características, estas teorias, eventualmente são denominadas Teorias Neoclássicas da localização e por serem tão importantes e origens histórico-doutrinárias, são teorias clássicas. (HADDAD, 1989).

No entanto, Weber (1929) baseou-se na análise da distribuição locacional das indústrias alemãs, desde 1860. Ele classificou como elementos principais o custo de instalação de uma firma em um determinado local: “1. O custo do solo; 2. O custo das construções, maquinários, e outros custos de capital fixo; 3. Os custos dos materiais de segurança, energia e combustível; 4. Os custos da mão de obra; 5. Custos do transporte; 6. Taxas de juros; 7. Taxa de depreciação do capital fixo.” (WEBER, 1929, p.29-30). Para ele as localizações das firmas dependem do trabalho de união entre as forças locais, gerais e especiais das “regiões alvo”, assim essas determinarão os fatores de aglomeração ou “desaglomeração” da indústria em determinado local explorado.

Nas obras precursoras de Von Thünen (1826) e Weber (1929), observa-se que os

modelos clássicos da teoria locacional foram centrados nas decisões das firmas, ao passo que Von Thünen (1826) formulou seu modelo a partir das análises das propriedades rurais germânicas, e Weber (1929) baseou-se na análise da distribuição locacional das indústrias alemãs, ainda assim é possível a partir da conclusão citada identificar alguns elementos que foram importantes nas discussões acerca das questões regionais, entre eles a diminuição dos custos de transportes que causariam um aumento da aglomeração num determinado espaço. Segundo Diniz (2009) a questão regional até a Segunda Guerra era vista como uma simples localização das atividades agrícolas e industriais, conforme indicam os clássicos como Von Thünen, Weber e Losch. Os mesmos juntamente com outros modelos deram origem à “Ciência Regional”, criada por Walter Isard (1956), a partir da Associação de Ciência Regional (*Regional Science Association*), o qual onde associava trabalhos de modelos de equilíbrio com foco nos custos de transportes. Assim, Isard (1956) seguiu estes modelos dos clássicos, e apresentava que o desenvolvimento de tecnologias de transporte tinha como consequência a superação dos desafios de topografia e os desequilíbrios regionais a partir da redução dos custos de transportes e da distribuição de capitais.

De acordo com Haddad (1989), Coutinho (1973), Fochezatto (2010) e Souza (1981), as Teorias da Localização apresentam limitações, diante do pressuposto que suas análises dispensam um esforço maior na quantificação dos custos de transporte e atribuem o desenvolvimento regional a este elemento (microeconômico), deixando de lado aspectos macroeconômicos das relações inter-regionais.

Assim, nota-se que tantos teóricos econômicos clássicos, neoclássico (inclui-se Alfred Marshall) e os locacionais clássicos têm em comum que os mesmos seguem uma “forte orientação antiestatal e antiorganizacional” (MYRDAL, 1960, p.61). Esta constatação se dá pela ausência de conteúdo das teorias que apontam a participação do Estado no processo de desenvolvimento das regiões.

As Teorias de Desenvolvimento Regional, inspiradas no modelo Keynesiano, surgiram a partir do fim da Segunda Guerra. Em consequência, as teorias hegemônicas da Economia Regional, que são derivadas de uma perspectiva clássica/neoclássica, obtiveram a atenção de teóricos e formuladores de políticas públicas, nos anos 1950 e 1960, com teorias do desenvolvimento da época (LIMA, 2006, p. 71).

Perroux (1955) argumenta que o crescimento não ocorre de forma homogênea no espaço, mas ele “manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, que se expandem por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda

a economia” (PERROUX, 1955, p. 146, *apud* MONASTÉRIO; CAVALCANTE, 2011, p.65).

Perroux (1955) diz ainda que haveria quatro diferentes formas de polarização por meio das quais as indústrias motrizes induziriam o desenvolvimento regional: i) técnica; ii) econômica; iii) psicológica; e iv) geográfica. A polarização técnica refere-se aos efeitos de encadeamento entre a indústria motriz e outras empresas, onde a geração de emprego e renda decorre da implantação da indústria motriz que inclui a polarização econômica. A polarização psicológica está associada aos investimentos decorrentes do clima favorável que é gerado pelo sucesso da indústria motriz. Enfim a polarização geográfica se refere aos impactos nos sistemas urbanos do desenvolvimento da cidade onde se localiza a indústria motriz; esses impactos minimizam os custos de transporte e à criação de economias externas e de aglomeração.

Inicialmente, François Perroux (1955) desenvolveu o conceito de polo de crescimento e do papel central da empresa motriz para o crescimento destes polos” (DINIZ, 2009, p.231), escrito na obra “Conceitos de Polo de Crescimento” de 1955. De acordo com Souza (2006), este conceito foi inspirado nas observações do autor em relação à concentração industrial da França e Alemanha. Paelinck (1977) diz que a consolidação desta teoria ocorreu por dois caminhos: um primeiro com trabalhos de ordem teórica e prática conduzidos por François Perroux e pelo Instituto de Ciência Econômica e Aplicada (ISEA) onde o objetivo seria detalhar conceitos sobre a teoria geral de crescimento econômico; e, o segundo, a partir da convergência entre o ISEA e a Universidade de Liège (Bélgica), para colocar “em termos novos os problemas analíticos e políticos do desenvolvimento regional, partindo de um conjunto original de conceitos” (PAELINCK, 1977).

Esta teoria de Perroux (1977) converge com outros autores contemporâneos de desenvolvimento regional como Myrdal e Hirschman (1958), pois para o autor o crescimento surgiria de forma desigual nas diferentes regiões, basicamente em pontos ou polos de crescimento, com repercussões diferentes em toda a economia (crescimento desequilibrado). Ao identificar essa forma de crescimento, de acordo com o autor, tornou-se possível manejar cientificamente as políticas para os “países de crescimento retardado”.

Em sua teoria Perroux (1977) destaca três objetos de análise de seu modelo os quais são: 1° A indústria motriz e o crescimento; 2° O polo de indústria e o crescimento; 3° A expansão dos polos de crescimento e o crescimento das economias nacionais. Para

o autor, a indústria motriz é a que tem a propriedade de aumentar as vendas e a compra de serviços de outras (ou várias outras) indústrias que são definidas como indústrias movidas, que aumentam suas vendas (PERROUX, 1977, p.147). Este modelo enfatiza e sustenta sua análise na inter-relação entre as indústrias.

Para Perroux (1977), o polo de desenvolvimento somente poderia ser entendido em nível abstrato ou quando se torna instrumento de análise e meio de ação política. Pode se entender o mesmo então como “uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias unidades que exercem efeitos de expansão, para cima ou para baixo, sobre outras unidades que com elas estão em relação.” (LIMA; SIMÕES, 2009, p.230).

De acordo com Perroux (1955), os polos de crescimento podem ser constituídos em “instrumentos de prosperidade e armas do poderio do Estado nacional”, já que os podem ser usados pelos Estados Nacionais economicamente ativos (desenvolvidos), como um mecanismo de “imperialismo” sobre “nações aparentes” e relativamente ‘passivas’ (PERROUX, 1977, p.147).

Estes moldes de crescimento polarizado baseados nas teorias de Perroux direcionaram o planejamento regional em alguns países, dentre os quais o Brasil. Um exemplo que pode ser citado, é o Plano de Metas, que buscava polarizar os investimentos para manter os polos de crescimento existentes, concentrando-os em regiões específicas e fortalecendo os efeitos de encadeamento. Buscava-se, ainda, evitar desperdícios com investimentos dispersos em todo território.

De acordo com Lima e Simões (2009), a implantação de um polo de desenvolvimento provoca uma série de desequilíbrios econômicos e sociais, pois os mesmos acabam por distribuir os salários e os rendimentos adicionais sem aumentar a produção local dos bens de consumo, acaba por transferir a mão-de-obra sem conferir-lhe um novo enquadramento social, além de concentrar o investimento e a inovação sem alargar as vantagens de outros locais, onde o desenvolvimento pode ser retardado.

Diante dessas afirmações, é importante mencionar que estas desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos foram destacadas por Myrdal, em sua obra “Teoria das Regiões Subdesenvolvidas”, de 1957, que apresenta o modelo da Causação Circular Cumulativa, que tem como propósito, segundo o próprio autor: “investigar por que e como sobrevivem tais desigualdades, por que persistem e tendem aumentar” (MYRDAL, 1960, p. 8). Observa-se que o autor tem uma visão oposta às teorias clássicas e neoclássicas, quando considera a desigualdade econômica entre as regiões como elemento duradouro e expansivo ao longo do tempo. Myrdal (1960, p. 17) apresenta sua

percepção ao observar que há um menor número de países ricos economicamente e um elevado número de países pobres.

Myrdal (1960) critica a tradição teórica econômica, pois o mesmo observa que a mesma não foi elaborada para que se explique a realidade do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico, e parte de uma premissa irreal do equilíbrio-estável no sistema social (MYRDAL, 1960, p.23).

Diante desta perspectiva e das análises das desigualdades econômicas regionais em um país, Myrdal (1960) destaca uma síntese do que consiste o seu modelo: “A principal ideia, que desejo veicular, é que o jogo de forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais” (MYRDAL, 1960, p.43). O mesmo autor parte da percepção de “economias externas”, que são consideradas na teoria exposta onde o processo acumulativo se desenvolve a partir do movimento de pessoas (migração), capital e comércio em que a expansão de um local como consequência gerará de modo circular cumulativo “efeitos regressivos” (backwash effects) e “efeitos propulsores” (spread effects). Estas considerações e o embasamento com a demonstração desses efeitos pelo autor partem de observações históricas.

De acordo com Myrdal (1960), os movimentos de capital tendem a produzir efeitos semelhantes no aumento da desigualdade onde nos centros de expansão o aumento da demanda acaba por dar um impulso ao investimento, que assim elevará as rendas e a procura e, conseqüentemente, causará um segundo fluxo de investimentos, e assim por diante. Assim, a poupança aumenta em decorrência das rendas mais altas, mas também tende a ficar inferior ao investimento, já que a oferta de capital teria de satisfazer uma ativa demanda.

Em outras regiões, a falta de novo impulso expansionista faz a demanda de capital permanecer relativamente fraca, mesmo quando a mesma é comparada ao volume de poupanças, que neste caso será pequeno, porque as rendas também o são e acabam por declinar. Estudos em muitos países desenvolvidos revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressistas onde a remuneração do capital é alta e segura. (MYRDAL, 1960, p.45)

Os “efeitos regressivos”, que são causados por fatores relacionados à infraestrutura, à precariedade dos serviços públicos, à educação e à saúde são destacados na teoria de Myrdal (1960) no processo de causação circular cumulativa geradora da desigualdade regional. De modo que a depreciação destes elementos interdependentes e

adicionados aos fatores econômicos, relacionando uns com os outros, alimentam o ciclo da desigualdade e pobreza. Esses elementos “não econômicos” segundo Myrdal (1960), estão entre os “principais veículos na causação circular dos processos acumulativos de mudança econômica” (MYRDAL, 1960, p. 47), sendo a teoria econômica clássica em grande medida omissa a eles, que consiste nas palavras do autor “em uma das principais deficiências da teoria econômica” (MYRDAL, 1960, p.47).

Esses pensamentos sobre o problema da desigualdade regional, e do desenvolvimento nos diferentes espaços conforme visto nestas teorias era percebido como algo que se resolveria conforme o tempo e com a ação das forças do mercado.

O problema da boa localização das atividades econômicas e da população parecia bastante trivial, quando comparado com as questões relativas ao crescimento e ao equilíbrio da economia nacional. Se os custos dos movimentos no espaço aparecessem, estes poderiam ser frequentemente incorporados à teoria usual da formação de preços. Mas essa realidade mudou a partir do século XX e as questões de localização e do espaço foram incorporadas à teoria econômica onde se tornou possível examinar as questões da desigualdade Inter regional e a possibilidade de aumentar o potencial de produção da economia através da utilização de recursos utilizados em certas regiões do país (ISARD, 1972; RICHARDSON, 1975).

Para Isard (1972) as medidas de localização se referem a natureza setorial entre as regiões, assim como na determinação das especializações delas. Elas se concentram em uma localização espacial das atividades econômicas e nas mudanças espaciais ao longo do tempo, bem como nos padrões de concentração ou dispersão espacial dessas atividades. Uma das vantagens dessas medidas apontada por Isard (1972) e Pumain e Saint-Julien (1997) é que ao utilizar o peso relativo dos ramos de atividades econômicas, as medidas de localização e de especialização anulam o efeito “tamanho” das regiões. Por isso, elas permitem o cálculo de indicadores confiáveis.

Com respeito aos fatores competitivos locais, estes podem ser decorrentes de estruturas de demanda específicas, variações nas produtividades dos fatores, inovações tecnológicas ou vantagens locacionais, conforme pregado por Krugman (1993) e Hoover e Giarratani (1999).

Para HIRSCHMAN (1958), o desenvolvimento econômico ocorre de forma desequilibrada e concentradora nas regiões mais dinâmicas e pressupõe uma mudança estrutural incompatível com o conceito de equilíbrio. Seguindo essas ideias, o autor ressalta que o foco principal era seguir uma política deliberada de crescimento não

balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores chave da economia. Nesse sentido, defende a atuação do Estado com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento, principalmente, das regiões mais atrasadas.

De acordo com Pochmann (2001), os efeitos decorrentes dessa realidade para o emprego regional podem ser analisados sob diversas formas, as quais seguem duas tendências: por um lado, o avanço da desconcentração das atividades vinculadas ao uso intensivo de mão de obra com o objetivo de redução de custos, como nas indústrias têxteis, calçados e alimentícias, estimulou as empresas a buscar regiões onde o custo da mão de obra fosse menor; por outro, verificou-se a presença do movimento de reconcentração do emprego nas atividades econômicas intensivas em capitais. Ao buscar maior competitividade, as empresas se deslocam para as regiões mais desenvolvidas do país, implicando uma nova concentração regional.

Dentro dessa perspectiva, os pensamentos de Marshall (1996) e o desenvolvimento do conceito de economias externas inspiraram as Teorias do Desenvolvimento abordadas nesse capítulo. Alguns dos efeitos de encadeamento entre diferentes atividades econômicas são aspectos valiosos dentro dessas teorias, principalmente a de Perroux (1977), assim como os efeitos de interação entre as regiões, regressivos de Myrdal (1960).

Conforme será apresentado, no próximo capítulo, percebe-se nesses conceitos a aplicação destas teorias na prática de políticas regionais, como na formação de polos de crescimento e competitividade, onde se destacam o fomento de atividades indutoras em diferentes regiões, investimentos em infraestrutura e comunicação entre as regiões subdesenvolvidas e grandes centros, como mecanismos para superar o subdesenvolvimento de algumas regiões.

### 3 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia a ser empregada na análise dos dados. Especificamente procurou apresentar o cálculo das medidas de desenvolvimento regional e do modelo shift- share de Arcelus.

De acordo com Haddad (1989), embora as medidas de localização e especialização possam indicar algumas regularidades estatísticas entre os fatos empíricos relacionados com as economias regionais, elas são intrinsecamente incapazes de gerar relações explicativas para os fenômenos observados, pois não foram concebidas para tal. Sendo assim, estas medidas são importantes para estabelecer padrões de localização e perceber as mudanças ocorridas nestes padrões. Entretanto, essas medidas não são apropriadas para a identificação dos fatores e das variáveis que levam a mudanças nesses padrões.

As regiões são analisadas em função da dinâmica de crescimento regional, numa perspectiva comparativa, pelo método (*shift-share*) de Arcelus onde é possível decompor o crescimento do emprego das regiões em oito componentes já citados anteriormente. Toda a análise empírica é elaborada com base no variável emprego nos setores de atividades.

Para Haddad (1989), o método shift-share é uma forma analítica de gerar informações relevantes para a organização de pesquisas adicionais de natureza teórica sobre os problemas regionais específicos. O método procura ajudar a identificar distintos desempenhos diferenciais regionais/setoriais procurando desagregar componentes do crescimento, em uma análise descritiva da estrutura produtiva. Nesse caso, considera-se como dinâmico aquele setor que cresce a taxas maiores que a média.

Os dados coletados serão da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) trata-se de uma base de dados com informações administrativas, ou seja, as empresas declaram o número de empregados que contem vínculo ativo. Esse é instrumento do Ministério de Estado do Trabalho, no qual tem como objetivo o controle da atividade trabalhista formal no país. Além de prover dados para análises estatísticas e informações do mercado de trabalho a órgãos governamentais.

Os dados para a utilização dos índices são do emprego de 1349 atividades das divisões CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) para os anos de 2010 e 2016 das Regiões Geográficas Imediatas de MS, um recorte apresentado, no ano de

2017, pelo IBGE que substituiu as microrregiões, do estado de Mato Grosso do Sul (IBGE, 2017). Diante dos resultados de zero em várias subclasses foi necessário agregar os dados de cada região para a última metodologia apresentada.

O estado de Mato Grosso do Sul, no recorte das regiões geográficas imediatas, é dividido em doze regiões imediatas: Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba - Chapadão do Sul - Cassilândia, Coxim, Dourados, Naviraí - Mundo Novo, Nova Andradina, Ponta Porã, Amambai, Corumbá, Jardim, Aquidauana – Anastácio. (IBGE, 2017)

Ressalta-se ainda que esta análise é realizada com base no variável emprego formal e onde os dados do emprego estão desagregados inicialmente nos três grandes setores - Agropecuário, Serviços e Indústria. Posteriormente, os dados foram desagregados em doze setores de atividade econômica: Indústria, Construção Civil, Comércio Varejista, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras, Administração Técnica e Profissional, Transportes e Comunicações, Alojamento, Médico, Odontológico e Veterinário, Outros Serviços, Administração Pública e Agropecuária. Por fim, para um estudo mais detalhado, os dados foram desagregados em 26 setores: Indústria de Transformação, Extrativo- Mineral, Minerais-não-Metálicos, Metalúrgica, Mecânica, Eletrônico e de Comunicação, Material de Transporte, Madeira e Mobiliário, Papel e Gráfico, Borracha, Fumo e Couro, Química, Têxtil, Calçados, Alimentos e Bebidas, Serviços de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio Varejista, Comércio Atacadista, Instituições Financeiras, Administração Técnica e Profissional, Transportes e Comunicações, Alojamento, Médico, Odontológico e Veterinário, Ensino, Administração Pública e Agropecuária.

Os dados referem-se ao número de empregos formais, em 31 de dezembro de cada ano. Portanto, são dados dos anos inicial (2010) e final (2016), agrupados nas 12 regiões imediatas. Esses dados são públicos podem ser consultados no endereço dos órgãos citados. Para análise do Shift-share e de seus componentes principais os dados foram trabalhados em ambiente R-Project, por meio do Studio, com funções próprias dos autores.

Para atender o propósito desta pesquisa, a técnica de coleta de dados serão em arquivos secundários, realizada através de um levantamento de dados bibliográficos (CRESWELL, 2007). A pesquisa bibliográfica será realizada com base em materiais de estudo como: livros, artigos de periódicos, base de dados, internet e outros disponíveis. Tais dados serão coletados de fontes disponíveis na internet sobre a dinâmica emprego das atividades econômicas do Estado de Mato Grosso do Sul. Para selecionar as

atividades utilizados dados dos Relatórios Censo do IBGE 2010 e 2016 que servirão de orientação para realizar as buscas na internet.

Para identificar as atividades econômicas e realizar assim a coleta de dados, foi utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0 (2006), que representa a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. A CNAE foi criada em 1994 e o IBGE realiza sua gestão. O objetivo dessa classificação consiste na padronização dos dados e sua aplicação se relaciona com pesquisas econômicas estruturais e conjunturais do Sistema de Contas Nacionais do Brasil, além de cadastro e registro administrativos nas três esferas (IBGE, 2016).

Segundo o IBGE (2001), pode-se tomar como regra geral que as delimitações das agregações de segmentos industriais têm características comuns e deve ser feita nos níveis mais detalhados das classificações, Na CNAE, o menor nível possível de desagregação das informações é a classe de atividade.

E neste universo das classes de atividade da CNAE (versão 2.0) que se procedeu à seleção das atividades que qualificam para participar dos conjuntos amplo e restrito do agronegócio. Segue a Tabela 1 com descrição CNAE.

Tabela 1 - Códigos CNAE 2.0 com dois dígitos - divisão

|   |          |  |
|---|----------|--|
| A | 01 .. 03 | AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA   |
| B | 05 .. 09 | INDÚSTRIAS EXTRATIVAS  |
| C | 10 .. 33 | INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO                                      |
| D | 35 .. 35 | ELETRICIDADE E GÁS   |
| E | 36 .. 39 | ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO |
| F | 41 .. 43 | CONSTRUÇÃO   |
| G | 45 .. 47 | COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS       |
| H | 49 .. 53 | TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO                                |
| I | 55 .. 56 | ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO   |
| J | 58 .. 63 | INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO   |
| K | 64 .. 66 | ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS       |
| L | 68 .. 68 | ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS  |
| M | 69 .. 75 | ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS                 |
| N | 77 .. 82 | ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES             |
| O | 84 .. 84 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL                |
| P | 85 .. 85 | EDUCAÇÃO   |
| Q | 86 .. 88 | SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS                                  |
| R | 90 .. 93 | ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO                              |
| S | 94 .. 96 | OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS                                    |
| T | 97 .. 97 | SERVIÇOS DOMÉSTICOS  |

U 99 .. 99 ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES  
EXTRATERRITORIAIS

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE (2016).

Nesta pesquisa, foram utilizados os dados desagregados das atividades econômicas das seções “A” e “C” (tabela 03) no nível 5, o qual é composto por 1.349 atividades diferentes, uma vez que essa decisão está alinhada com os objetivos propostos nesta pesquisa. Para melhor entendimento do leitor, a tabela 3 apresenta um exemplo dos diferentes níveis de desagregação da atividade econômica.

A estrutura do CNAE 2.0 possui uma hierarquia de cinco níveis, e a diferença entre os níveis está relacionada com os níveis de desagregação da atividade econômica, que afirma que quanto mais distante do primeiro nível, mais desagregados estarão os dados apresentados na tabela 02.

Tabela 2 - Hierarquia do código CNAE 2.0

|                    |           |   |
|--------------------|-----------|---|
| Nível 1: Seção     | A         | Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura. |
| Nível 2: Divisão   | 01        | Agricultura, Pecuária e Serviços relacionados                   |
| Nível 3: Grupo     | 011       | Produção de lavouras temporárias                                |
| Nível 4: Classe    | 0111-3    | Cultivo de Cereais  |
| Nível 5: Subclasse | 0111-3/01 | Cultivo de Arroz  |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de IBGE (2016).

### 3.1 INDICADORES DE ANÁLISE REGIONAL

Os indicadores resultam da mensuração de determinadas variáveis, em determinado período e espaço. Geralmente se apresentam como um valor estatístico, que representa de maneira sucinta o aspecto de uma realidade que pode ter outros graus de complexidade. Para que melhor se entenda sobre determinado indicador, o contexto em qual ele está inserido deve ser levado em consideração (SIEDENBERG, 2003).

Segundo Monastério (2011) os indicadores são muito utilizados nos estudos sobre desenvolvimento regional para mensurar determinado nível de desenvolvimento. No entanto, uma variável econômica só é configurada como indicador quando representar algum aspecto significativo desse desenvolvimento. Assim o importante não é mensurar uma determinada variável, mas se o resultado é importante para o contexto que está sendo analisado.

As medidas regionais têm o objetivo de mensurar padrões de concentração e/ou

dispersão espaciais do emprego setorial e o grau de especialização da estrutura produtiva. No entanto, estas medidas possuem limitações técnicas e conceituais sendo, assim, importantes nas fases iniciais do estudo, quando se busca estabelecer padrões de localização das atividades produtivas.

Para uma análise regional específica as propriedades desejáveis dos indicadores locais, se referem à comparabilidade entre escalas, recortes espaciais e classificações setoriais que sejam passíveis de testes de hipóteses (MONASTERIO, 2011, p. 315). O mesmo afirma que essas características não se apresentam em todos os indicadores e que certa prudência é necessária, já que nenhum indicador regional individual consegue captar todos os efeitos das diversas atividades econômicas no espaço.

Segundo Bergh (2009) o PIB e a renda per capita foram os indicadores mais utilizados na mensuração do crescimento econômico, principalmente a partir de 1950, quando desenvolvimento e crescimento eram confundidos e classificados como similares. Então, a partir de 1960, quando começaram as críticas a esse modelo de mensuração, visto que o PIB não captava as distorções provocadas pela má distribuição de renda, e também no âmbito social não se fazia mensuração. Percebeu-se que era possível a ocorrência do crescimento sem o desenvolvimento.

Para se mensurar a questão social no desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou, em 1990, por meio do Relatório Mundial Sobre o Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), procura mensurar não somente a renda, mas também a qualidade de vida da população. O mesmo se constitui por três indicadores, sendo: a esperança de vida ao nascer, alfabetização e o poder de compra per capita.

Existem, na literatura, diversos indicadores específicos para a análise regional e espacial, com foco na desigualdade regional, na especialização econômica, na localização setorial e no potencial de mercado, os quais alguns estão sintetizados no Quadro 1 a seguir, será preciso identificar o que se pretende estudar e utilizar o mais adequado.

Quadro 1: Principais indicadores de análise regional e espacial

| ÍNDICE                         | OBJETIVO              | FÓRMULA   | LIMITES TEÓRICOS |
|--------------------------------|-----------------------|---|------------------|
| Coefficiente de variação       | Desigualdade regional | $CV = \frac{\sqrt{\frac{1}{T-1} \sum_i (y_i - \mu)^2}}{\mu}$                  | [0, ∞)           |
| Williamson                     | Desigualdade regional | $V_w = \frac{\sqrt{\sum (y_i - \mu)^2 (p_i / N)}}{\mu}$                       | [0, ∞)           |
| Theil                          | Desigualdade regional | $J_t = \sum_i \frac{p_i}{N} \ln \left( \frac{p_i / N}{Y_i / Y} \right)$       | [0, ln (N) ]     |
| Quociente locacional           | Especialização        | $QL_{ki} = \frac{E_{ki} / E_i}{E_k / E}$                                      | [0, ∞)           |
| Coefficiente de especialização | Especialização        | $CE_i = \frac{1}{2} \sum_k \left  \frac{E_{ki}}{E_i} - \frac{E_k}{E} \right $ | [0, 1]           |

Fonte: Elaboração própria, a partir de Monastério (2011).

De acordo com Monastério (2011) os indicadores de desigualdade regional têm como finalidade mostrar as desigualdades existentes, o Coeficiente de Variação (CV) cuja variável em estudo é a renda per capita, é bastante utilizado em análises de convergência para verificar se as disparidades de renda per capita têm crescido ou não. O índice de Williamson também pode ser entendido como um CV ponderado e tem como variável a população. Outro índice desse grupo é o índice de Theil muito utilizado nos estudos sobre a evolução da desigualdade regional; tem como variáveis o PIB e a população (MONASTERIO, 2011).

No grupo de indicadores de especialização estão àqueles voltados para mensurar quão especializadas são as regiões, a partir de um determinado critério de referência. O Quociente Locacional (QL) faz a comparação da participação do setor na economia regional em relação à própria participação no setor da economia nacional. Geralmente os dados do emprego e o mais utilizado, em função da facilidade de obter os dados, mas

outras variáveis também podem ser utilizadas, como é o caso do valor adicionado. O Coeficiente de Especialização (CE), também utiliza a variável emprego e compara sua estrutura com a do restante da região. (MONASTERIO, 2011).

Para mensurar o grau de especialização de determinada região, um dos objetivos específicos deste trabalho, os indicadores que atendem a essas expectativas são o QL, Diversidade, e o método Shift-share.

Segundo Haddad (1989), o QL permite comparar a participação em percentual de um setor específico em relação à determinada região, com a participação percentual do total do setor específico da região de referência, cuja variável é o emprego. Quando se utiliza duas economias, municipal e estadual, tendo a estadual como referência e hipoteticamente o setor da indústria da carne como análise, então, a comparação seria o percentual de emprego gerado por este setor em relação ao total de empregos gerados em um determinado município com o percentual do emprego gerado em todo o estado em relação ao total de emprego criado nas demais atividades em todo o Estado.

De acordo com Britto e Albuquerque (2002), esse indicador (QL) pode apresentar distorções com relação à realidade dos fatos, quando na análise de uma região de baixo desenvolvimento a mesma apresentar atividades econômicas diferenciadas é possível que o resultado do indicador seja superestimado e, também pode haver dificuldades em identificar as especializações que determinada região possui.

O Quociente Locacional (QL) é uma medida que dá a informação de qual o setor mais representado no município (região de análise) quando comparado com o mesmo setor no estado (região de referência). Foi elaborado inicialmente por Haig (1928) e vem sendo muito utilizado em várias análises regionais e de localização industrial.

O QL procura comparar duas estruturas econômicas. Essa comparação se dá por meio da razão entre a “economia em estudo” (numerador) e a “economia em referência” (denominador). O cálculo é realizado através da seguinte fórmula:

$$L_{ki} = \left( \frac{\frac{E_{ki}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}} \right) \quad (1)$$

Em que:

$E_{ki}$  é o emprego no setor  $k$  na localidade de análise  $i$ ;  $E_i$  é o emprego total na localidade de análise  $i$ ;  $E_k$  é o emprego no setor  $k$  da localidade de referência; e  $E$  é o

emprego total da localidade de referência. A ideia é saber se na localidade de análise, a proporção do emprego do setor é maior ou menor que esta proporção no local de referência. Assim, se o resultado for maior que um ( $QL_{ki} > 1$ ), então se diz que a localidade de análise é relativamente mais especializada nesse setor que a localidade de referência. De outro lado, valores menores que a unidade ( $QL_{ki} < 1$ ) indica que a localidade analisada tem representação menor deste setor do que a representação deste na localidade de referência.

Hausman e Hidalgo (2011) por sua vez trabalham com a ideia de diversidade e ubiquidade.

Assim os autores Hausman e Hidalgo (2011, p. 17,) apresentam a ideia de *personbyte* (conhecimento máximo que uma pessoa pode adquirir), e questiona “como é possível fabricar um produto que necessita de 100 *personbytes* diferentes? Claramente, não poderá ser feito por um microempresário trabalhando sozinho”. Assim, a produção se tornaria mais fácil através de uma rede de organizações, ou seja, através de ligações. Além disso, os autores tratam também da Diversidade, no qual refere-se à quantidade de produtos que um país produz.

Os autores defendem a importância da complexidade para o crescimento e para explicar as diferenças que existem entre países, que pode ser útil para explicar também o crescimento e as diferenças de regiões.

Em resumo, complexidade econômica é importante pois ajuda a explicar diferenças no nível das receitas dos países, e mais importante, porque prevê o crescimento econômico futuro. Complexidade Econômica pode não ser simples de realizar, mas os países que alcançam, tendem a colher importantes resultados. (HAUSMAN; HIDALGO, 2011, p. 29).

Já Hidalgo (2015) apresenta hipóteses em relação ao conhecimento e o *know-how* para ampliar a gama de indústrias de uma região. Com isso, defende que a limitação desses fatores pode explicar a diferença entre regiões.

De acordo com o autor as restrições econômicas, sociais e individuais que limitam a habilidade de acumular conhecimento e *know-how* são os que limitam também a habilidade de criar novos produtos, e eventualmente, explicam as diferenças internacionais no desenvolvimento econômico assim os países mais prósperos são aqueles que são melhores em fazer a informação crescer.

Nesse contexto, Hidalgo (2015) defende também que quanto maior a rede de habilidades de uma região e a facilidade de expandir o conhecimento, maior a chance de

o país oferecer produtos mais sofisticados, ou seja, maior será a rede de trocas entre as diferentes indústrias. Com isso, a educação apresenta um papel fundamental para a formação dos setores de uma região.

### 3.2 O MODELO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL (SHIFT-SHARE)

De acordo com Silva e Monte (2011) o modelo *shift-share* é basicamente um método descritivo e prático para avaliar os impactos de mudanças estruturais em economias locais ou regionais, separando os componentes do crescimento de uma determinada região, refletindo o crescimento nacional, as atividades de dentro da região e sua posição competitiva.

De acordo com os dados presente em Vieira, Missio e Dathein (2013, p. 11), e considerando que a economia de referência o estado de Mato Grosso do Sul, os três componentes do *shift-share* diferencial podem ser descritos como:

O método estrutural-diferencial divide o crescimento regional em três componentes:

- (i) O componente nacional - refere-se à variação do emprego de uma região provocada pelo crescimento dessa mesma variável no país, no estado ou na economia de referência.
- (ii) O componente estrutural (ou proporcional) – representa a parcela do crescimento do emprego obtida por uma região devido à sua estrutura produtiva. O resultado será positivo para regiões que apresentam em sua estrutura produtiva setores considerados dinâmicos, ou seja, que mostram taxas de crescimento superiores às do conjunto dos setores na economia de referência. Já regiões compostas principalmente de setores estagnados, com baixas taxas de crescimento, apresentarão um resultado negativo. Em outras palavras, se o efeito estrutural apresentar sinal positivo, houve especialização em setores dinâmicos em nível estadual; caso contrário, parte da produção foi realizada por setores com baixa taxa de crescimento.

- (iii) O efeito diferencial ou competitivo - indica a parte do crescimento do emprego regional gerada por vantagens locais que fazem com que determinados setores possam crescer mais rapidamente em determinada região do que em nível estadual ou nacional. O sinal apresentado pode ser positivo (negativo) para um dado setor, indicando que a região apresenta vantagens (desvantagens) em relação ao estado na produção deste setor. Se for positivo, por exemplo, indica que naquela região o setor cresce a taxas superiores ao do país ou do Estado, em função de possíveis vantagens locais como mão de obra qualificada, incentivos fiscais, fonte de matérias-primas etc.

Onde o efeito total é dado pela soma dos efeitos estrutural e diferencial, e mede a diferença entre o crescimento real ou efetivo apresentado pela região e o crescimento teórico (ou aquele que a região deveria apresentar, caso evoluísse à mesma taxa do país como um todo).

A partir da distribuição de dados em matrizes de informação para o ano base e o ano final, é possível aplicar o método, que, na sua formulação original, é descrito como se segue com base em Pereira (1997):

- a) a variação real é igual ao nível do emprego do fim do período ( $E_{ij}^t$ ) menos o nível do emprego no início do período ( $E_{ij}^0$ ):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^t - E_{ij}^0 \quad (2)$$

- b) o volume do emprego do ano final do setor  $i$  na região  $j$  pode ser expresso em termos do emprego do ano inicial, multiplicado por sua taxa de crescimento no período ( $e_{ij}$ ):

$$E_{ij}^t = E_{ij}^0 \cdot E_{ij}^0 \div E_{ij}^0 \cdot E_{ij}^0 e_{ij} \quad (3)$$

- c) substituindo a equação 2 na 1 obtém-se a variação real do emprego do setor  $i$  na região em função da quantidade inicial desse emprego e de sua taxa de crescimento ( $e_{ij} - 1$ ):

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 e_{ij} - E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e_{ij} - 1) \quad (4)$$

d) a taxa do crescimento do emprego total estadual entre o ano base e o ano final é  $e = E^t \div E^0$  e a do crescimento do emprego do setor  $i$  do estado no mesmo período é  $e_i = E_i^t \div E_i^0$ . Logo, somando e subtraindo essas taxas na equação 3, obtém-se:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (5)$$

e) da substituição da equação 4 na 1, tem-se, finalmente, que:

$$EE_{ij}^t = E_{ij}^0 = E_{ij}^0 (e - 1) + E_{ij}^0 (e_i - e) = E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (6)$$

f) Na equação 5, a variação real do emprego do setor  $i$  na região  $j$  ( $E_{ij}^t - E_{ij}^0$ ) é igual à variação teórica  $E_{ij}^0(e - 1)$  mais a variação estrutural  $E_{ij}^0(e_i - e)$  e a diferencial  $E_{ij}^0(e_{ij} - e_i)$ .

Caso a variação real seja superior à teórica,  $(E_{ij}^t - E_{ij}^0) > E_{ij}^0(e - 1)$ , a região  $j$  cresce acima da média estadual e apresenta elementos dinâmicos internos e/ou externos atuando positivamente na região. Porém, se a variação real for inferior à teórica, a região  $j$  apresentará maior número de setores estagnados, uma vez que seu crescimento é inferior ao estadual. Logo, essa região perderá participação na economia estadual.

De acordo com Haddad (1989) O maior dinamismo sugere que a região oferece vantagens locacionais específicas para a atividade  $i$ , como incentivos fiscais, economias de transporte pelo fácil acesso a fontes de matérias-primas e aos mercados, economias de aglomeração e vantagens comparativas na produção.

A variação líquida total ( $T_{ij}$ ) poderá ser positiva ou negativa. Essa variação é encontrada pela diferença entre a variação real e a variação teórica setorial do emprego, que é a soma dos efeitos estrutural e diferencial:

$$T_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0) - E_{ij}^0 (e - 1) = E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (7)$$

A equação pode ser assim explicada da seguinte forma:

$$\text{Variação real} = (E_{ij}^t - E_{ij}^o) \quad (8)$$

$$\text{Variação teórica setorial} = E_{ij}^o (e - 1) \quad (9)$$

$$\text{Efeito estrutural} = E_{ij}^o (e_i - e) \quad (10)$$

$$\text{Efeito diferencial} = E_{ij}^o (e_{ij} - e_i) \quad (11)$$

Por fim esta aplicação do método estrutural-diferencial consiste em desagregar os componentes responsáveis pelo crescimento de uma região e setores de forma a verificar quais desses setores crescem (ou decrescem) mais rapidamente em comparação com os outros. Assim, podem-se definir quais regiões ou setores são mais dinâmicos na geração de crescimento (HADDAD,1989).

### 3.3 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL AMPLIADO E MODELO DE ARCELUS

Na formula original do método shift-share o crescimento de um setor de determinada região se decompõe em um componente estrutural e em outro diferencial, assim as diferenças de crescimento verificadas desses dois componentes, irá refletir as variações entre o crescimento real apresentado na região e as variações teóricas, que deverá ocorrer caso a região apresente as mesmas taxas de crescimento do estado ou país comparado (PEREIRA, 1997).

Este modelo clássico foi decomposto por Arcelus (1984) para melhorar a forma de explicá-lo dentro de cada componente. De acordo com Martinez (2007, p.199) existem três fontes potenciais de interação entre o efeito da composição da estrutura econômica da região que configuram capacidade competitiva.

Primeiramente o volume da atividade econômica de um setor no ano  $t_0$  influencia no tamanho do efeito competitivo desta atividade, pois duas localidades com a mesma taxa de crescimento regional do setor  $i$  no período de estudo, mas que tenham níveis de desenvolvimento distintos apresentarão valores diferentes para este componente competitivo. Isto será uma dificuldade para comparações entre estes locais.

Segundo, devido às relações interindustriais dentro do modelo de crescimento de

cada local. Um setor  $i$  com vantagem competitiva em uma localidade induzirá maior expansão de seu setor. O efeito do shift-share seria positivo e grande, mas se poderia argumentar a existência de maiores ligações setoriais com localidades geograficamente próximas.

Terceiro, o setor  $i$  pode apresentar comportamento parecido ao competitivo, mas que não comercialize seus produtos além do mercado local e que não esteja competindo pelos recursos produtivos destes setores em outras localidades.

Os autores Esteban-Marquillas (1972) aperfeiçoaram estas dificuldades em torno do componente homotético e o componente residual. O componente homotético seria o emprego teórico que o município teria se sua estrutura produtiva fosse exatamente a mesma que a estrutura produtiva da localidade de referência (por exemplo o estado).

Assim, Esteban-Marquillas decompõe o efeito total em nacional, mix industrial, regional e alocativo, para cada local  $j$  e setor  $i$ . Ou seja, através da formula apresentada:

$$e_i^t - e_i^{t-1} = NS_i + IM_i + RS_i + AL_i \quad (12)$$

Em que  $e_i^t$  e  $e_i^{t-1}$  são os valores do emprego em dois períodos de tempo (final e inicial) em uma localidade  $j$  e o setor  $i$ . Para o caso dos municípios relativamente ao estado de MS como localidade de referência.

O cálculo do componente regional homotético de um setor  $i$  ( $h_i^{t-1}$ ) será baseado nos valores do município ( $e^{t-1}$ ) e do estado ( $E^{t-1}$ ) entre todos os setores, e o emprego estadual específico da indústria ( $E_i^{t-1}$ )

$$h_i^{t-1} = e^{t-1} \frac{E_i^{t-1}}{E^{t-1}} \quad (13)$$

As equações do modelo de Esteban-Marquillas (1972) de shift-share serão:

$$NS_i = e_i^{t-1} G \quad (14)$$

$$IM_i = e_i^{t-1} (G_i - G) \quad (15)$$

$$RS_i = h_i^{t-1} (g_i - G_i) \quad (16)$$

$$AL_i = (e_i^{t-1} - h_i^{t-1})(g_i - G_i) \quad (17)$$

A mudança percentual total do emprego estadual e municipal para todos os setores combinados são  $G$  e  $g$  respectivamente, enquanto as mudanças específicas do setor para o estado e o município são, respectivamente,  $G_i$  e  $g_i$ . Quando, é preciso alterar a função para realizar estas decomposições.

O modelo Arcelus (1984) aparece como uma extensão dessa decomposição, onde serão inseridos efeitos esperados e diferenciais também nos componentes nacional (NS) e mix industrial (IM) da seguinte forma, com oito componentes, após desagregar entre os componentes homotético esperado (E) e o diferencial residual (D):

$$e_i^t - e_i^{t-1} = NSE_i + NSD_i + IME_i + IMD_i + RGE_i + RGD_i + RIE_i + RID_i \quad (18)$$

Em que :

$$NS_i = NSE_i + NSD_i \quad (19)$$

$$IM_i = IME_i + IMD_i \quad (20)$$

$$RS_i = RGE_i + RGD_i + RIE_i + RID_i \quad (21)$$

$$h_i^{t-1} = e^{t-1} \frac{E_i^{t-1}}{E^{t-1}} \quad (22)$$

De tal forma que:

$$NSE_i = h_i^{t-1} G \quad (23)$$

$$NSD_i = (e_i^{t-1} - h_i^{t-1}) G \quad (24)$$

$$IME_i = h_i^{t-1} (G_i - G) \quad (25)$$

$$IMD_i = (e_i^{t-1} - h_i^{t-1}) (G_i - G) \quad (26)$$

$$RGE_i = h_i^{t-1} (g - G) \quad (27)$$

$$RGD_i = (e_i^{t-1} - h_i^{t-1})(g - G) \quad (28)$$

$$RIE_i = h_i^{t-1}(g_i - g - G_i + G) \quad (29)$$

$$RID_i = (e_i^{t-1} - h_i^{t-1})(g_i - g - G_i + G) \quad (30)$$

Onde temos *NSE* = efeito estadual esperado; *NSD* = efeito estadual diferencial; *IME* = mix estrutural esperado; *IMD* = mix estrutural diferencial; *RGE* = competitividade de mercado (crescimento local) esperado; *RGD* = competitividade de mercado diferencial; *RIE* = competitividade de especialização (mix local) esperado; *RID* = competitividade de especialização diferencial.

Os efeitos são divididos em componentes esperado e diferencial recebem o sufixo E e D para cada componente. O efeito esperado é aquele do componente homotético, um emprego teórico que teria o município em uma atividade econômica supondo que a ponderação desta na estrutura produtiva local tivesse a mesma composição que no estado de MS.

Assim, o modelo a ser aplicado na próxima seção irá apresentar os resultados obtidos pelo modelo de Arcelus. Esse modelo possibilita verificar o padrão de crescimento pelos principais fatores responsáveis pela variação líquida total do emprego formal nas microrregiões do MS, no período de análise.

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O objetivo desse capítulo analisar o crescimento econômico e a geração de emprego por setores nas RGIs que pertencem ao Estado de Mato Grosso do Sul, utilizando as medidas regionais e o método shift-share.

Para tanto, inicialmente, são definidos o perfil de cada região, bem como sua participação na composição do PIB/MS, e a evolução da participação dos setores nessa composição. Posteriormente, são apresentadas as regiões intermediárias do estado. Em seguida, é apresentada uma análise da evolução recente das principais culturas agrícolas no MS e nas suas regiões imediatas, com destaque para a produção de grãos e pecuária. O objetivo dessas seções iniciais é propiciar melhor entendimento do perfil econômico das unidades de análise.

Em seguida, é apresentada uma análise baseada nas medidas de localização e de desenvolvimento regional, as quais permitem identificar certas tendências em relação ao comportamento da estrutura produtiva, se é possível identificar, por exemplo, se houve maior diversificação/especialização.

Por fim, se apresenta a análise com base no método de Arcelus. Em primeiro lugar, analisamos o comportamento do emprego nos três grandes setores para o MS. Neste caso, usamos o método simplificado. Em segundo, utilizando o método decomposto, analisamos a dinâmica do emprego para as doze diferentes regiões do estado.

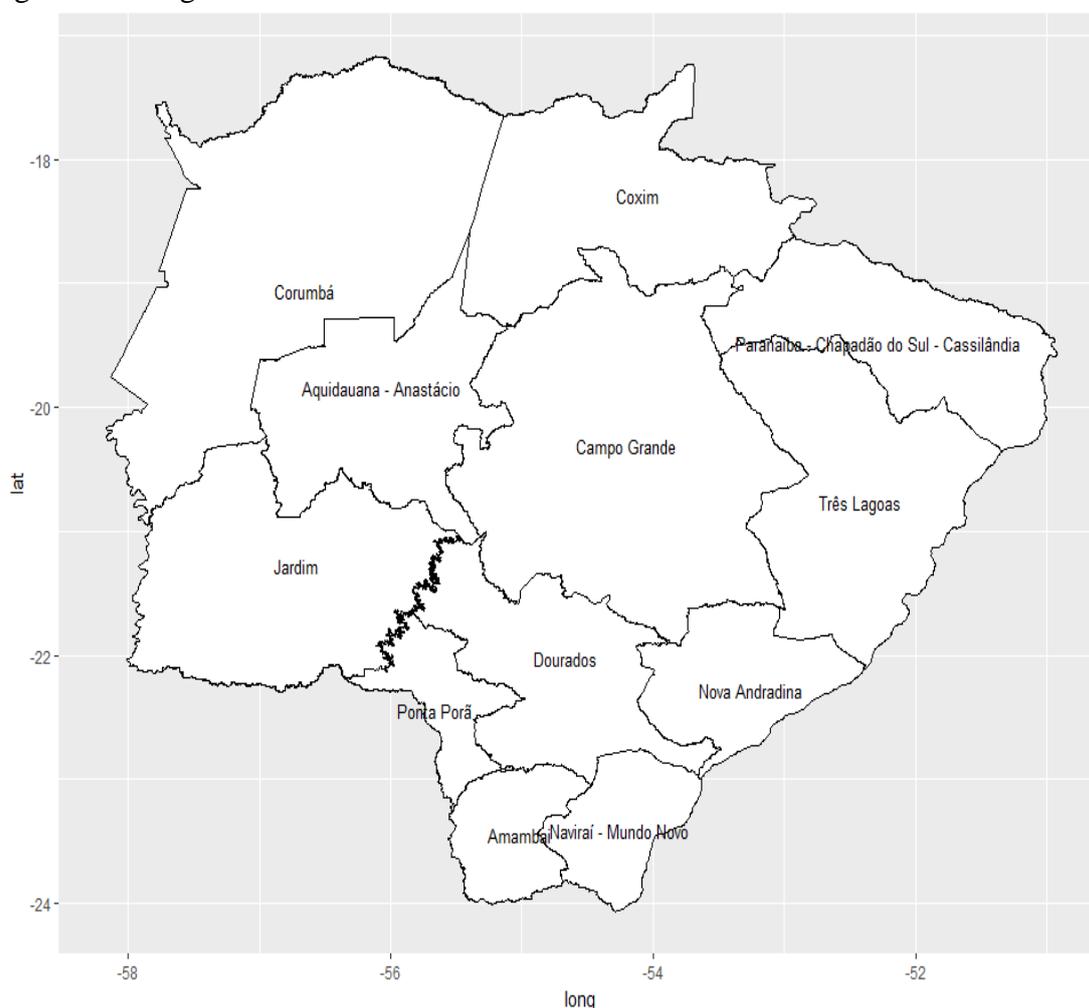
### **4.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO DAS RGIS QUE CONTEMPLAM O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Para se analisar o crescimento econômico deve primeiramente identificar o perfil das regiões imediatas, em seguida analisa-se a contribuição das RGIs no PIB do Estado de Mato Grosso do Sul e identifica as regiões geográficas intermediárias no contexto das RGIs, assim como também é importante conhecer a participação das atividades de base agrícola na geração de emprego nas RGIs do estado de MS, avaliando a dinâmica do emprego do estado e emprego nas RGIs respondendo o primeiro objetivo específico.

#### 4.1.1 Perfil das Regiões Imediatas

O estado de Mato Grosso do Sul está dividido em 12 regiões imediatas (Figura 01). A região imediata de Corumbá é o de maior extensão territorial do Estado, com 65.165 km<sup>2</sup>, e faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia. Ele se destaca no setor industrial, em especial, na atividade de extração de ferro pela mineradora Vale do Rio Doce; e pela extração de calcário, areia e fabricação de cimento, pela fábrica de cimento Itaú. Esses recursos são extraídos do maciço de Urucum, a região é constituída pelos seguintes municípios: Ladário e Corumbá.

Figura 01 – Regiões Imediatas do Estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE-MS 2107.

A região imediata de Coxim é composta pelos seguintes municípios: Alcínópolis, Costa Rica, Figueirão, Pedro Gomes, Rio Verde, Sonora.

A região imediata de Três Lagoas é composta por cinco municípios: Água Clara,

Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selviria e Tres Lagoas.

A Região de Campo Grande é composta pelos seguintes municípios: Bandeirantes, Corguinho, Jaraguari, Rio Negro, Rochedo, Terenos, Sidrolândia, São Gabriel do Oeste, Dois Irmãos do Buriti, Camapuã Ribas do Rio Pardo, Nova Alvorada do Sul e Campo Grande.

A região imediata de Aquidauana é constituída pelos municípios de Anastácio, Aquidauana, Bodoquena e Miranda. Com uma área de 27.731,00 km<sup>2</sup>, ela corresponde a 7,76% do total da área do estado

A região imediata de Naviraí-Mundo Novo é constituída por Eldorado, Iguatemi, Itaquirai, Japorã, Mundo Novo, Naviraí. Sua localização é bastante privilegiada, integrando as economias de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A região imediata de Paranaíba-Chapadão do Sul- Cassilândia é composta pelos municípios Aparecida do Taboado, Inocência, Paraíso das Águas, Paranaíba, Cassilândia e Chapadão do Sul. Esses municípios correspondem a uma área de 17.191,80 km<sup>2</sup>, ou seja, 4,81% de todo estado.

A região de Nova Andradina é formada por Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu e Nova Andradina com uma área geográfica de 13.471,20 km<sup>2</sup>, ela equivale a 3,77% da área total do estado.

A região de imediata de Ponta Porã é composta pelos municípios de: Antônio João e Aral Moreira; já a de Amambai é composta por quatro municípios: Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru e tem -se a região imediata de Jardim composta por: Bela Vista, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Porto Murtinho.

Por fim, a região de Dourados é composta pelos municípios de Caarapó, Maracaju, Juti, Itaporã, Rio Brilhante, Vicentina, Jatei, Deodápolis, Laguna Carapã, Douradina, Glória de Dourados, Fátima do Sul e Dourados com área de 22.416,90 km<sup>2</sup>.

#### 4.2 CONTRIBUIÇÕES DAS RGIS NO PIB/MS

A Tabela 3 mostra a dinâmica das economias regionais na participação de cada região (RGI) na composição do PIB estadual, no período de 2010 a 2016. As RGIS que tiveram maior participação foram Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Paranaíba, registrando uma média de 38,4%, 16,6%, 14,5% e 5,0%, respectivamente.

Tabela 3 - Contribuição das regiões Imediatas no PIB/MS, 2010-2016 (em %)

| <b>RGIS</b>                           | <b>2010</b>   | <b>2011</b>   | <b>2012</b>   | <b>2013</b>   | <b>2014</b>   | <b>2015</b>   | <b>2016</b>   |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Campo Grande                          | 38,67         | 38,43         | 38,15         | 37,02         | 36,82         | 37,02         | 35,76         |
| Tres Lagoas                           | 14,11         | 13,46         | 13,00         | 14,04         | 14,26         | 14,16         | 15,20         |
| Coxim                                 | 4,09          | 4,09          | 4,27          | 4,31          | 4,03          | 3,52          | 4,15          |
| Navirai – Mundo Novo                  | 3,71          | 3,79          | 3,71          | 3,76          | 3,60          | 3,53          | 3,68          |
| Dourados                              | 16,07         | 16,95         | 17,57         | 16,64         | 16,61         | 17,15         | 17,49         |
| Paranaíba-Chapadão do Sul-Cassilândia | 4,97          | 4,98          | 4,99          | 5,31          | 5,30          | 5,49          | 5,24          |
| Corumbá                               | 4,24          | 4,13          | 4,23          | 4,17          | 4,33          | 3,64          | 3,16          |
| Nova Andradina                        | 4,02          | 4,09          | 4,02          | 4,51          | 4,40          | 4,34          | 4,70          |
| Ponta Porã                            | 2,99          | 3,23          | 3,34          | 3,44          | 3,45          | 3,50          | 3,67          |
| Amambai                               | 1,66          | 1,66          | 1,66          | 1,75          | 1,70          | 1,77          | 1,77          |
| Jardim                                | 2,85          | 2,74          | 2,72          | 2,68          | 2,74          | 2,44          | 2,77          |
| Aquidauana - Anástacio                | 2,44          | 2,26          | 2,17          | 2,17          | 2,14          | 2,21          | 2,12          |
| <b>PIB do MS</b>                      | <b>100,00</b> |

Fonte: Elaboração própria, a partir de SEMAGRO-MS (2017).

Com base nos dados para 2010, é possível observar que a região de Campo Grande é a principal em termos econômicos do estado, tendo contribuído com 37,67% do PIB. O município de Campo Grande é o maior polo econômico (centro industrial de serviços). A região de Dourados tem a segunda maior participação na composição do PIB (16,07%), em que se destacam o centro agroindustrial, de comércio e serviços.

A terceira região imediata de destaque é Três Lagoas, contribuindo com 14,11 % do PIB estadual (centro agroindustrial e centro de comércio e serviços). Nessa região os municípios apresentam perfil voltado para os setores industriais e de serviços.

Conforme a tabela 4 analisando a participação da variação das regiões no PIB estadual no período em termos da variação por setores de atividades nos períodos de 2010 e 2016, observa-se que a Três Lagoas apresentou variação negativa no setor de serviços e agropecuária (- 0,58% e - 5,68) respectivamente, e uma variação positiva no setor da indústria (6,25). Já Corumbá apresentou variação positiva nos setores de serviços (8,16%) e agropecuária (6,82%), compensada pela variação negativa no setor da indústria (15%) devido à queda de 25% na exportação de minério de Ferro.

Verificou-se que nas regiões influenciadas pelo crescimento da pecuária bovina, da extração mineral e do comércio, foram os setores da Agropecuária e dos serviços que

agregaram maiores valores na variação do PIB. A região imediata de Corumbá por sua vez concentra seu maior valor do PIB nos serviços se apresentando como polo de comércio e de serviços, com pequena participação do setor agropecuário.

A Região Imediata de Paranaíba – Chapadão do Sul- Cassilândia registrou uma variação na participação do PIB de -0,30%. Com predominância econômica na agropecuária e no setor de serviços, a região apresentou uma queda na participação da terceira atividade (-3,23%), enquanto o setor de agropecuária e a indústria registraram taxas positivas de 2 % e 1,34 %, respectivamente. Essa variação positiva está ligada, principalmente, ao desempenho do município de Aparecida do Taboado, que registrou uma acentuada participação no PIB, com destaque para o setor da indústria.

A região do Coxim registrou taxa de variação na participação de 0,06 % no PIB estadual. Os setores que contribuíram foram a indústria e a agropecuária que registraram variação de 2,28 e 2,22%, respectivamente já o setor de serviços obteve uma redução de (-10,16%).

A RGI de Ponta Porã é uma fronteira com elevado grau de serviços. Nos últimos anos, participação do setor na composição do PIB foi reduzida em -7,02%, em grande parte como reflexo das dificuldades enfrentadas pelo setor devido a variações a taxa de câmbio de moeda estrangeira. O setor de agropecuária e da indústria apresentou variação de 1,47 e 0,14%, respectivamente.

Na região de Dourados, a variação na participação do PIB foi de 1,42 %. Esta RGI registrou variação positiva em termos da participação da agropecuária (1,7%), as atividades industriais estão localizadas principalmente nos municípios de Caarapó, Vicentina, Deodópolis, Itaporã, Rio Brillhante e Fatima do Sul. Quanto à variação no setor de indústria, verificou-se que ocorreu um aumento de 0,14 % da sua participação na composição do PIB, seguido de uma queda de - 1,84% do setor de serviços.

A região do Amambai registrou taxa de variação na participação de 0,11 % no PIB estadual. O setor que mais contribuíram foram a indústria e a agropecuária que registraram variação de 2,28 e 2,22%, respectivamente já o setor de serviços obteve uma redução de (-10,16%).

A região do Naviraí – Mundo Novo registrou taxa de variação negativa na participação de (-0,03 %) no PIB estadual. Os setores que contribuíram para este resultado foram a indústria e a agropecuária que registraram variação de (- 1,78) e (-0,72%), respectivamente já o setor de serviços obteve um aumento de 2,5 %.

A região imediata de Jardim também registrou taxa negativa de variação na

participação de (-0,08) % no PIB estadual. O setor que mais contribuíram foram a agropecuária e a indústria que registraram variação de (-9,77) e (-1,21%), respectivamente já o setor de serviços obteve um aumento de 2%.

Na região de Nova Andradina, a variação na participação do PIB foi de -0,68 %. Esta RGI registrou uma forte variação positiva em termos da participação da agropecuária (6,38%), sendo este o segundo melhor desempenho desse setor em nível regional. As atividades industriais estão localizadas principalmente nos municípios de Angélica, Bataiporã e Nova Andradina. Quanto à variação no setor de indústria, verificou-se que ocorreu uma queda de 2,22% da sua participação na composição do PIB, seguido de uma queda de - 4,16% do setor de serviços.

Tabela 4 - Evolução da participação dos setores na composição do PIB/MS- 2010- 2016 em percentual.

| Regiões Imediatas        | 2010     |           |              | 2016     |           |              |
|--------------------------|----------|-----------|--------------|----------|-----------|--------------|
|                          | Agropec. | Indústria | Com. e Serv. | Agropec. | Indústria | Com. e Serv. |
| Campo Grande             | 7,48     | 19,06     | 73,46        | 10,57    | 16,53     | 72,90        |
| Tres Lagoas              | 20,55    | 51,76     | 27,69        | 14,87    | 58,01     | 27,11        |
| Corumbá                  | 6,72     | 26,86     | 66,43        | 13,54    | 11,87     | 74,59        |
| Paranaíba                | 25,41    | 17,66     | 56,93        | 27,31    | 19,00     | 53,70        |
| Nova Andradina           | 28,56    | 22,33     | 49,11        | 34,94    | 20,12     | 44,95        |
| Coxim                    | 35,33    | 12,39     | 52,28        | 37,61    | 14,61     | 47,77        |
| Dourados                 | 21,95    | 16,56     | 61,49        | 23,65    | 16,70     | 59,65        |
| Navirai-Mundo Novo       | 24,37    | 20,92     | 54,71        | 22,59    | 20,20     | 57,20        |
| Ponta Porã               | 27,35    | 10,19     | 62,45        | 33,96    | 10,60     | 55,43        |
| Amambai                  | 26,92    | 6,88      | 66,20        | 28,61    | 8,28      | 63,11        |
| Aquidauana-<br>Anástacio | 21,95    | 11,26     | 66,78        | 20,36    | 12,51     | 67,13        |
| Jardim                   | 30,76    | 8,62      | 60,62        | 20,99    | 7,41      | 62,61        |

Fonte: Elaboração própria, a partir de SEMAGRO 2017.

A região de Campo Grande apresentou uma variação na sua participação no PIB estadual de -0,66%. Em termos médios, essa foi a região que apresentou menor variação entre os setores de atividade. O setor da indústria e de comércio teve uma variação negativa de -2,53% e - 0,56 respectivamente enquanto para o setor da Agropecuária houve um aumento e essa variação foi de 3,09 %. Ademais, ressalta-se que nesta região a maior participação vem do setor terciário, que contribui com 73% do PIB da região, com destaque para Campo Grande, Ribas do Rio Pardo, Dois Irmãos do Buriti, Rio Negro, Rochedo, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia, Terenos. No setor primário, os municípios que se destacam Corguinho, Nova Alvorada, Bandeirantes, Jaraguari e Camapuã e na indústria Nova Alvorada e Rochedo.

A RGI de Aquidauana –Anastácio teve uma variação de -0,47% na sua participação na composição do PIB. Do ponto de vista da participação dos setores de atividade, o setor primário teve uma variação de -1,49%, enquanto o setor secundário e terciário teve uma taxa de variação de -1,21 e 2 %, respectivamente. Nesta RGI, destacam-se os municípios de Aquidauana e Miranda como os dois maiores polos agropecuários regionais.

Com base nessa análise, é possível identificar três tendências no que se refere à dinâmica econômica das regiões imediatas: em primeiro lugar, observamos que a participação na composição do PIB de cada região teve muitas variações, o que significa que ao longo do período a forma como a produção está distribuída entre as regiões se modificou significativamente; em segundo, é possível observar no que se refere à variação entre os setores de atividade que houve mudanças significativas, uma vez que, em geral, o setor terciário perdeu participação em algumas regiões enquanto aumentou a participação do setor secundário e, principalmente, do setor primário; e, por fim, que as maiores taxas de variação entre setores ocorreram naquelas regiões onde inicialmente o setor terciário tinha maior participação (RGIS de Paranaíba, Coxim , Dourados e Nova Andradina).

#### 4.3 REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS NO CONTEXTO DAS RGIS

No estado de Mato Grosso do Sul, a partir do recorte do IBGE (2017) que transformou as microrregiões em regiões imediatas, pode-se identificar três regiões geográficas intermediárias que foram apresentadas em 2017 com a atualização regional do Brasil, correspondendo a uma revisão das antigas mesorregiões que estavam em vigor desde 1989. As regiões intermediárias de desenvolvimento que se destacam pelo seu potencial produtivo, englobando as distintas regiões geográficas imediatas (Figura 2).

Figura 2 – Regiões Geográficas Intermediárias de MS



Fonte: IBGE (2017).

### **Região Geográfica Intermediária Corumbá**

- Setor Sudoeste- Agroindústria frigorífica e laticínios; indústria de calcário dolomítico, de turismo e pesca; extração de rochas ornamentais; indústrias de cerâmica; indústria de artefatos de cimento. Na Região de Corumbá - agroindústria frigorífica e laticínios; indústria minero-siderúrgica, cimento e calcário, de turismo ecológico e de pesca; indústrias de refrigerantes.
- RGIs (Corumbá, Jardim, Aquidauana- Anastácio).

### **Região Geográfica Intermediária Campo Grande**

- Agroindústria frigorífica e láctea; indústrias de alimentos, têxtil e confecções,

metalúrgicas, de material plástico, curtume, moagem de soja (farelo e óleo refinado), beneficiadora de arroz, gráfica, bens de capital, bebidas e refrigerantes, compensados e chapas de madeira, turismo de eventos, ração animal, sementes de pastagens e cereais, embalagens e indústria de café, indústria de papel e celulose.

- RGIS (Campo Grande, Três Lagoas, Paranaíba, Coxim).

### **Região Geográfica Intermediária Dourados**

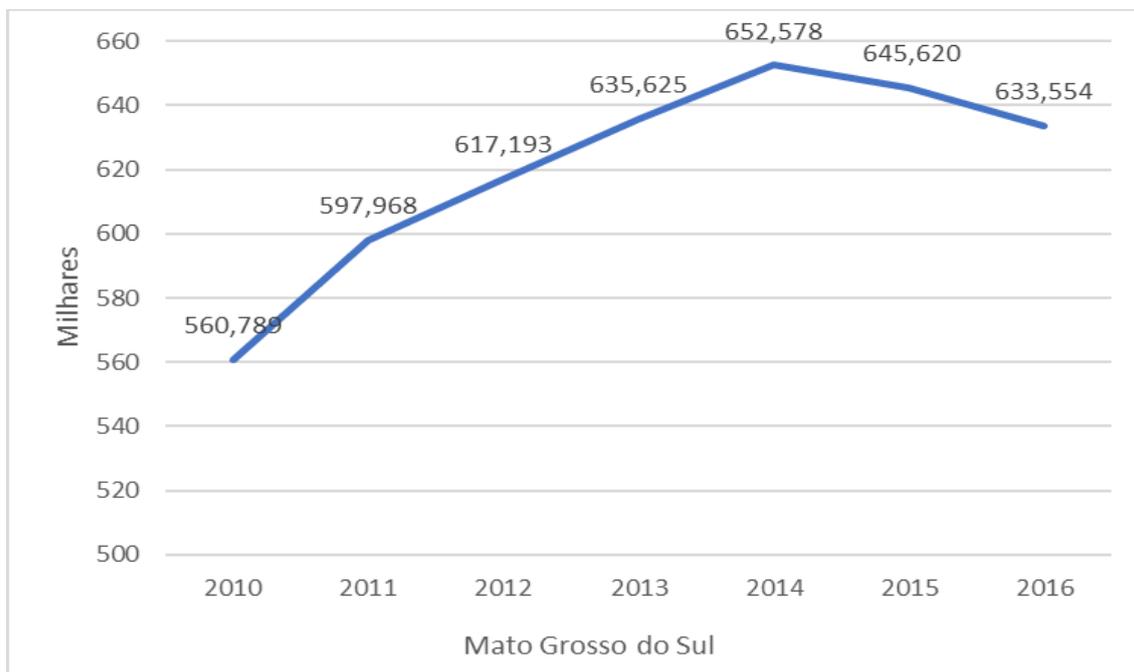
- Agroindústria frigorífica e láctea, indústrias de alimentos, têxtil e confecções, curtumes, moagem de soja (farelo e óleo bruto), bebidas, ração animal, sementes de pastagens e cereais, erva-mate, fiação de algodão, açúcar e álcool, beneficiamento de trigo, gráfica e indústria de pescado, indústria de biodiesel.
- RGIs (Naviraí, Dourados, Nova Andradina, Ponta Porã e Amambai).

#### **4.4. PARTICIPAÇÃO DAS ATIVIDADES DE BASE AGRÍCOLA NA GERAÇÃO DE EMPREGO NAS RGIS DO ESTADO DE MS**

A participação das atividade de base agrícola conforme exposto anteriormente, foram coletados dados do número de trabalhadores com emprego formal, ou seja, com registros em carteira de trabalho, para 1349 atividades CNAE que foram separadas nos setores primário, secundário e terciário na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devidamente relatados pelo Ministério do Trabalho do Brasil em sua Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), para os anos de 2010 até 2016.

Na Figura 3, têm-se os saldos de trabalhadores no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2010 até 2016. É possível detectar que embora ocorram quedas entre os anos de 2014 a 2016, houve um aumento de 72.765 empregados no estado de 2010 a 2016. Os decréscimos de 2014-2016 são atribuídos à crise econômica nacional, com quedas de empregos e de investimento, e houve também uma instabilidade política decorrentes do impeachment do presidente da República e da apuração de diversas denúncias de corrupção em vários níveis de governo.

Figura 3. Saldos de trabalhadores empregados em no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2010 a 2016.



Fonte: Elaboração própria, dados básicos do MTE/RAIS.

E possível investigar as variações nos setores econômicos no MS. Na tabela 5 têm-se os saldos de empregos das atividades no setor Primário, Secundário e Terciário, de 2010 a 2016. É possível observar que os setores apresentaram elevação no emprego de 2010-2016. Uma oscilação mais forte é evidenciada justamente no setor primário que mais emprega destacado nas RGIs em Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Coxim as atividades de destaque (com mais de 10 mil empregados) do estado para 2010 são, em ordem decrescente: 04- Cultivo de Outros cereais ,10-Cultivo de Soja; 54-Criação de Bovinos para Corte; 168-Frigorífico Abate de Bovinos e 80- Atividades de Apoio à pecuária.

Ainda na tabela 05, observa-se que o setor Secundário as RGIs que se destacam são Campo Grande, Três Lagoas, Jardim e Paranaíba com as seguintes atividades a saber: 717-Comércio Atacadista de Matérias Primas Agrícolas; 719-Comércio Atacadista de Cereais, 730-Comércio Atacadista de Cerveja e Chope; 168-Frigorífico Abate de Bovinos. Estas indústrias conferem dinamismo diferenciado entre o estado e RGIs.

Tabela 5. Saldos de trabalhadores empregados nas RGI de Mato Grosso do Sul nos anos de 2010 e 2016, segundo os setores do IBGE em número de pessoas

| Descrição  | Primário      |               | Secundário    |               | Terciário    |              |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
|  | 2010          | 2016          | 2010          | 2016          | 2010         | 2016         |
| <b>01-Amambai</b>                                | 743           | 2.123         | 616           | 1481          | 57           | 107          |
| <b>02-Aquidauana-Anastácio</b>                   | 123           | 3.562         | 1868          | 3064          | 49           | 61           |
| <b>03-Campo Grande</b>                           | 6.909         | 15.324        | 4835          | 9987          | 609          | 1594         |
| <b>04-Corumbá</b>                                | 995           | 2.218         | 906           | 1933          | 172          | 113          |
| <b>05-Coxim</b>                                  | 2.678         | 7.066         | 1327          | 3068          | 73           | 105          |
| <b>06-Dourados</b>                               | 3.922         | 10.785        | 1208          | 3018          | 362          | 1934         |
| <b>07-Jardim</b>                                 | 2.094         | 4.793         | 1995          | 4138          | 28           | 18           |
| <b>08-Navirai-Mundo Novo</b>                     | 671           | 3.238         | 563           | 2111          | 39           | 126          |
| <b>09-Nova Andradina</b>                         | 907           | 3.634         | 811           | 2679          | 15           | 11           |
| <b>10-Paranaíba-Chapadão do Sul, Cassilândia</b> | 1.989         | 5.958         | 1135          | 3147          | 99           | 266          |
| <b>11-Ponta Porã</b>                             | 594           | 2.240         | 331           | 499           | 175          | 368          |
| <b>12-Três Lagoas</b>                            | 2.465         | 10.998        | 1565          | 4872          | 55           | 163          |
| <b>Total</b>                                     | <b>24.090</b> | <b>71.939</b> | <b>17.160</b> | <b>39.997</b> | <b>1.733</b> | <b>4.866</b> |

Fonte: Elaboração própria partir de MTE/RAIS. (2010/2016).

No setor terciário as maiores variações foram no ‘Fabricação de produtos agropecuários (+22% do total) e ‘Fabricação de produtos de couro e fabricação de produtos de fumo.

Os dados da tabela 5 serão os dados básicos para a análise shift-share clássica e de Arcelus, cujos resultados estão representados nas próximas seções.

#### 4.5 DINÂMICA DO EMPREGO EM MATO GROSSO DO SUL

No que se refere ao comportamento do mercado de trabalho no MS, conforme

dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2010), é possível observar de acordo com a tabela 06 e 07 que no período 2010- 2016 em consequência do processo recessivo, perderam-se 35.430 empregos formais, em especial, nos setores do comércio, construção civil, serviços e indústria de transformação.

Tabela 6 – Total de Empregos formais por ano no Estado de MS de 2010 á 2016

| Ano  | Empregos Formais | Taxa de Variação anual<br>% | Taxa de Variação anual |
|------|------------------|-----------------------------|------------------------|
| 2010 | 560.789          | 37.282                      | 7,12                   |
| 2011 | 597.968          | 37.179                      | 6,63                   |
| 2012 | 617.193          | 19.225                      | 3,22                   |
| 2013 | 635.625          | 18.432                      | 2,99                   |
| 2014 | 653.578          | -7.953                      | 2,82                   |
| 2015 | 645.620          | -7.958                      | -1,22                  |
| 2016 | 500.610          | -11.780                     | -2,32                  |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de RAIS (2016).

Mais especificamente, para o período de 2010 é apresentado na Tabela 6. No início do período, as taxas de variação apresentaram saldos positivos de taxa de variação. Já o ano de 2014 inicia o período de análise com saldo negativo de ( -7.953) e esse decréscimo continua até 2016, quando ela alcança seu maior resultado em termos de emprego com variação de ( -11.780) em 2016 reduzindo muitos postos de trabalhos. No ano seguinte se traduz em um saldo negativo de (-6.618) postos de trabalho. A agropecuária no ano de 2017 registrou o saldo negativo de (-1.804), enquanto o Comércio e os Serviços apresentaram saldos negativos de (-772) e (-2.195) respectivamente.

Entre 2016, as demissões continuaram aceleradas, tendo sido desligados, nos primeiros 18.848 trabalhadores a mais que as contratações do mesmo período, refletindo as dificuldades enfrentadas por alguns setores que tiveram de adotar políticas de ajustes diante de uma conjuntura globalizada e de estabilização da economia. Os setores apresentaram saldos negativos, exceto o setor de Construção Civil que mais gerou empregos no MS e o setor da Agropecuária. (CAGED, 2016)

A reversão da tendência, ou seja, um maior número de admitidos do que demitidos consolida-se nos anos de 2010 e 2013, quando todos os setores apresentam saldos positivos. De acordo com dados do CAGED (2010,) no Estado foram gerados 37,3 mil

postos de emprego a mais que no ano anterior com destaque para Administração Pública que gerou 3,2 postos de emprego resultado recorde de toda série histórica da RAIS desde 1975. A partir do ano de 2014 foi desfavorável para a economia em função das dificuldades nas atividades agrícolas decorrentes das perdas de safra e da redução dos preços dos produtos. Segundo dados da SEMAGRO (2017), exercício de 2016, a recessão estava presente e, conseqüentemente, e isso colaborou com as demissões que foram maiores que as contratações. No entanto, o grupo de atividade econômicas denominadas agropecuária, contrariando o cenário nacional, apresentou um saldo zerado em 2016 contratou e demitiu na mesma proporção. Tal situação pode ser explicada pelo fato de o agronegócio ser importante para a economia nacional, principalmente no comércio exterior e os reflexos da recessão não podem fazer com que a produção diminua, já a construção civil que obteve um aumento de contratações em 2016 perfazendo um saldo positivo.

Tabela 07 - Saldo do emprego no mercado de trabalho formal no estado de Mato Grosso do Sul, 2010-2016 em número de pessoas.

| Atividades Econômicas                   | 2010          |               |              | 2016          |               |               |
|---|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
|   | Admissão      | Demissão      | Saldo        | Admissão      | Demissão      | Saldo         |
| Extração Mineral                        | 131           | 28            | 103          | 35            | 65            | -30           |
| Indústria Transformação                 | 3.380         | 3.273         | 107          | 2.896         | 3.021         | -125          |
| Serviço Industrial de Utilidade Pública | 21            | 24            | -3           | 90            | 123           | -33           |
| Construção civil                        | 1.824         | 1.479         | 345          | 1.956         | 1.611         | 345           |
| Comércio                                | 4.265         | 4.053         | 212          | 4.670         | 5.175         | -505          |
| Serviços                                | 4.278         | 3.932         | 346          | 6.020         | 6.029         | -9            |
| Administração Pública                   | 34            | 26            | 8            | 9             | 15            | -6            |
| Agropecuária                            | 4.338         | 3.767         | 571          | 2.809         | 2.809         | 0             |
| <b>Total</b>                            | <b>18.271</b> | <b>16.582</b> | <b>1.689</b> | <b>18.485</b> | <b>18.848</b> | <b>-1.053</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de RAIS (2010 e 2016).

Analisando os períodos que compreendem 2014 a 2016, a economia do MS passou por vários momentos de instabilidade o que resultou os resultados negativos na tabela 7. O setor primário, por exemplo, passou por dificuldades provocadas por escassez de chuva que já se prolongava desde 2013, o que resulta em uma redução expressiva da produção de grãos. Ademais, no ano de 2016, a atividades secundaria e terciárias tiveram uma grande desaceleração, derrubando os índices do Comércio, da indústria extrativa mineral e serviços da indústria e utilidade pública e da transformação que tiveram resultados negativos neste ano (SEMAGRO, 2016).

No ano de 2010, os setores da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Agropecuária registraram desempenho favorável, com destaque para a indústria de

transformação, que apresentou um bom saldo de empregos. Em 2010, todos os setores apresentaram saldos positivos, com destaque para o setor Agropecuário, que registrou maior saldo para o período analisado 4.338, seguido dos Serviços e do Comércio, com saldos de 4.278 e 4.265, respectivamente. O desempenho da economia sul-matogrossense neste período mostra que o potencial dessa região se fortaleceu neste ano, ampliando oportunidades de emprego e renda. (SEMAGRO, 2016).

Esta pesquisa procurou aprofundar ainda mais sobre a geração de emprego, no sentido de desagregar os grupos de atividade econômica. A intenção é trabalhar com o nível de desagregação dos códigos, identificando qual a atividades econômica mais que contribuem para a geração de emprego e apresentam especialização, conforme já mencionado nos procedimentos metodológicos.

Portanto, foi identificado que, no ano de 2010, o estado de MS possuía 1.681 empregos formais distribuídos em setores atividades econômicas diferentes, sendo que o conjunto dessas atividades econômicas eram responsáveis pelo crescimento de todo o emprego gerado naquele ano. Em 2016, o saldo de emprego era de (- 1.053), as quantidades de atividades econômicas distintas eram poucas e houve muita demissão nos principais setores.

Fazem parte desse rol para análise, somente as atividades econômicas com representatividade igual ou superior a 1% de todas as atividades do estado, configurando, dessa maneira, a resposta para o primeiro objetivo específico desta pesquisa, que será demonstrado na aplicação do modelo.

#### 4.6 O EMPREGO NAS RGIS

Inicialmente se é feita uma análise descritiva em relação aos empregos nas regiões geográficas imediatas do estado de Mato Grosso do Sul. Pode se destacar a mudança entre 2010 e 2016 como apresentado na tabela 08.

Podemos identificar que no ano de 2010, a RGI de Campo Grande detinha 57,85% dos empregos formais de Mato Grosso do Sul, mas em 2016 apresentou 47,93%, foi a região com maior queda em relação ao estado isso porque com a recessão, o setor de serviços no qual a região e mais especializada em 2016 foi que mais demitiu com 6.029 demissões. Em segundo, Dourados apresentava 13,38% em 2006 e passou para 16,32% em 2016, ou seja, a relação aumentou quase 3%. Em terceiro aparece Três Lagoas com

6,94% em 2006 para 8,67% em 2016, um pequeno aumento. Em algumas regiões como Aquidauana – Anastácio e Corumbá, a relação caiu 0,57% e 27 e 0,56%. Por outro lado, regiões como Ponta Porã, Jardim e Nova Andradina permaneceram praticamente com a mesma relação de emprego no estado de Mato Grosso do Sul.

Tabela 08 - Relação emprego regional sobre o emprego total de Mato Grosso do Sul, 2010 e 2016, por RGI.

| REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI)            | 2010  | 2016  |
|---|-------|-------|
| AMAMBAI                                     | 1,51% | 1,46% |
| AQUIDAUANA -ANASTÁCIO                       | 2,55% | 2,12% |
| CAMPO GRANDE                                | 57,6% | 47,9% |
| CORUMBÁ                                     | 3,99% | 2,99% |
| COXIM                                       | 3,53% | 3,23% |
| DOURADOS                                    | 12,9% | 16,3% |
| JARDIM                                      | 2,91% | 2,61% |
| NAVIRAÍ – MUNDO NOVO                        | 2,59% | 3,49% |
| NOVA ANDRADINA                              | 2,63% | 4,22% |
| PARANAÍBA – CHAPADÃO DO SUL-<br>CASSILÂNDIA | 3,61% | 4,71% |
| PONTA PORÃ                                  | 1,23% | 2,25% |
| TRÊS LAGOAS                                 | 4,88% | 8,67% |

Fonte: elaboração própria, a partir de RAIS 2010 e 2016.

No ano de 2010, conforme a tabela 09, é possível notar que a divisão CNAE que apresentava mais vínculos formais em relação ao total de MS era a 01 – Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. Seguido por 31 – Varejo, 03 – Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados e, em quarto, 52 – Fabricação de Produtos Alimentícios. Fica clara então uma dependência em relação à Administração Pública no estado para alocar uma quantidade relevante de empregos formais no estado.

Tabela 09 - Divisões CNAE 2.0 mais relevantes em 2010

|  |     |
|--|-----|
| 01 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL | 27% |
| 31 - COMÉRCIO VAREJISTA                                | 14% |
| 03 - AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS     | 20% |
| 52 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS               | 6%  |
| 12 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA              | 4%  |
| 37 - EDUCAÇÃO  | 3%  |
| 15 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS           | 3%  |

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS 2010.

No ano de 2016, como apresentado na tabela 10, a divisão com mais vínculos

ativos foi também 01 – Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, no entanto, sua relação com o emprego total do estado foi menor do que no ano de 2010, passou de 27% para 19%. Em seguida, a divisão 68 – Outras Atividades de Serviços Pessoais foi a segunda divisão mais relevante em 2016, com 14% do emprego total.

Tabela 10 - Divisões CNAE 2.0 mais relevantes em 2016

|  |     |
|--|-----|
| 01 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL                                       | 19% |
| 68 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS  | 14% |
| 31 - COMÉRCIO VAREJISTA  | 10% |
| 71 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO   | 7%  |
| 78 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA  | 4%  |
| 80 - SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS | 4%  |
| 66 - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA  | 4%  |

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS 2016.

O Comércio Varejista que era a segunda divisão com mais vínculos ativos em 2010, passou de 14% para 10% em 2016. Além disso, a 71 – Pesquisa e Desenvolvimento Científico foi a quarta divisão em 2016, com 7% dos empregos formais de Mato Grosso do Sul, seguida por 66 – Serviços de Arquitetura e Engenharia, 80 – Serviços de Escritório e 66 – Obras de Infraestrutura.

#### 4.7 ANÁLISE DA DIVERSIDADE E COEFICIENTE LOCACIONAL

Nesta seção é apresentada uma análise baseada nas medidas de localização e de desenvolvimento regional, as quais permitem identificar certas tendências em relação ao comportamento da estrutura produtiva. Em outras palavras, é possível identificar, por exemplo, se houve maior diversificação/especialização e/ou maior dispersão/concentração espacial da produção respondendo assim ao segundo objetivo específico a que se propõe a pesquisa.

##### 4.7.1 Coeficientes de Localização e Diversidade

O primeiro indicador de localização a ser analisado será o quociente locacional ( $QL_{ij}$ ) do emprego formal por setor de atividade e região imediata, o que permite uma

avaliação do grau relativo de concentração das atividades nas regiões em relação à estrutura do estado, verificando a possibilidade de especialização/diversificação da estrutura produtiva no período de análise. Mais especificamente, a análise permite demonstrar a importância que cada atividade tem na geração de emprego formal para a região.

Pode-se notar que a quantidade nominal de emprego gerado por atividades nas RGIS tem aumentado com o passar do tempo. Deve-se, entretanto, levar em consideração não somente o crescimento quantitativo, mas o quanto determinadas atividades econômicas conseguem manter efetivamente a mão-de-obra ali alocada e se especializar nesta atividade.

Para isso o primeiro indicador de localização a ser analisado será o quociente locacional ( $QL_{ij}$ ) do emprego formal por setor de atividade e região imediata, o que permite uma avaliação do grau relativo de concentração das atividades nas regiões em relação à estrutura do estado, verificando a possibilidade de especialização/diversificação da estrutura produtiva no período de análise. Mais especificamente, a análise permite demonstrar a importância que cada atividade tem na geração de emprego formal para a região.

Tabela 11 - Quociente de localização do emprego formal por regiões imediatas e setores do Mato Grosso do Sul de 2010 em %.

| <b>REGIÃO IMEDIATA</b> | <b>PRIMÁRIO<br/>(AGRO)</b> | <b>SECUNDÁRIO<br/>(INDÚSTRIA)</b> | <b>TERCIÁRIO<br/>(SERVIÇOS)</b> |
|------------------------|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Amambai                | 86,83                      | 201,72                            | 2,47                            |
| Aquidauana             | 66,35                      | 56,02                             | 4,43                            |
| Navirai                | 37,91                      | 64,27                             | 12,05                           |
| Campo Grande           | 42,45                      | 63,38                             | 12,46                           |
| Coxim                  | 93,61                      | 125,97                            | 2,34                            |
| Paranaíba              | 160,49                     | 141,55                            | 7,22                            |
| Três Lagoas            | 146,40                     | 71,54                             | 5,38                            |
| Nova Andradina         | 11,98                      | 160,93                            | 1,87                            |
| Jardim                 | 72,25                      | 87,21                             | 9,38                            |
| Dourados               | 73,52                      | 112,31                            | 7,24                            |
| Ponta Porã             | 170,09                     | 187,64                            | 1,63                            |
| Corumbá                | 54,64                      | 59,47                             | 1,36                            |

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS 2010

Na tabela 11 apresentada região que apresenta um  $QL$  superior a 1 mostra que ela está mais especializada em determinadas atividades em relação as demais atividades do Estado. Decidiu – se separar as atividades em três períodos dentro, fora e antes da porteira para uma melhor verificação das atividades e análise nas regiões imediatas. No primeiro contexto, os resultados encontrados apontam para uma menor especialização no setor do agro nas regiões Campo Grande, Naviraí, Corumbá e um índice bem baixo em Nova

Andradina.

Na Indústria, as regiões que apresentam menos especializações são Corumbá e Aquidauana. Nos setores Industriais a região Nova Andradina, Ponta Porã e Amambai se destacam com um índice alto demonstrando grande especialização de atividades neste setor.

O setor do agro e da indústria é o setor de atividade no qual um maior número de regiões se apresentou especializadas, enquanto no setor de serviços as regiões que apresentaram maior especialização foram Naviraí, Campo Grande. Por fim, com relação ao setor agropecuário, a maioria das regiões apresentou especialização, entretanto Nova Andradina foi a região que apresentou o menor índice.

Analisando o quociente de localização em 2016, Tabela 12, os resultados apontam para uma redução no número de regiões especializadas nos setores de Indústria e Transformação e de Comércio. Por outro lado, um maior número de regiões passou a ser especializada no setor da agropecuária. O setor da terciário continua sendo especializado região de Campo Grande e Navirai. Na Agropecuária, com exceção de Campo Grande, e Naviraí as demais regiões são especializadas nesse setor, com uma intensificação da presença do emprego formal comparativamente com 2010 e 2016. Os resultados sugerem baixa capacidade de mudança no perfil do estado, mais voltado para o setor primário e secundário e reduzida diversificação da sua matriz produtiva.

Tabela 12 - Quociente de localização do emprego formal por regiões e setores de atividade de Mato Grosso do Sul de 2016

| <b>REGIÃO IMEDIATA</b> | <b>PRIMÁRIO<br/>(AGRO)</b> | <b>SECUNDÁRIO<br/>(INDÚSTRIA)</b> | <b>TERCIÁRIO<br/>(SERVIÇOS)</b> |
|------------------------|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------|
| Amambai                | 122,94                     | 158,90                            | 7,95                            |
| Aquidauana             | 146,79                     | 31,84                             | 4,26                            |
| Navirai                | 56,67                      | 129,51                            | 15,10                           |
| Campo Grande           | 58,37                      | 97,30                             | 15,33                           |
| Coxim                  | 100,27                     | 115,24                            | 6,10                            |
| Paranaíba              | 166,30                     | 155,05                            | 6,49                            |
| Três Lagoas            | 64,07                      | 117,72                            | 6,05                            |
| Nova Andradina         | 68,91                      | 80,40                             | 5,83                            |
| Jardim                 | 143,77                     | 97,44                             | 7,88                            |
| Dourados               | 63,99                      | 97,30                             | 11,06                           |
| Ponta Porã             | 88,08                      | 197,33                            | 22,03                           |
| Corumbá                | 81,30                      | 47,20                             | 4,81                            |

Fonte: Elaboração própria, a partir de RAIS 2016.

No ano de 2010, Amambai tinha mais especialização nas seguintes atividades com QL maior que 1: Cultivo de Café (66,15); Cultivo de Eucalipto (2,40), Cultivo de Soja

(1,56), Cultivo de outras plantas de lavoura temporária (11,35), Criação de bovinos para corte (2,47), Fabricação de amidos e féculas de vegetais (9,50), Fabricação de especiarias molho temperos e condimentos (66,15), Fabricação de produtos para infusão chá mate (59,54, ) , Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente (34,4), Comércio atacadista de sementes flores plantas e gramas (14,03), Comércio atacadista de matérias primas agrícolas não especificadas anteriormente (7,31), Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados (10,62).

A mesma região acima, no ano de 2016, apresentou como maior especialização a divisão Cultivo de erva mate (68,61). Seguido Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente (11,09), Cultivo de mandioca(5,02), Cultivo de outras fibras de lavoura temporária (4,79), Produção de sementes certificadas exceto de forrageiras para pasto (3,71), Cultivo de soja (2,87), Cultivo de outras plantas de lavoura permanente (2,71), Cultivo de outros cereais (2,42), Criação de bovinos para corte (2,63), Fabricação de alimentos para animais (1,95), Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão (3,17), Matadouro abate de reses (36,32), Fabricação de produtos para infusão chá mate (60,03), Fabricação de artefatos diversos de madeira exceto móveis (12,43).

Já a região de Aquidauana apresentou um QL maior em 2010 para as atividades de Pesca de peixe em água doce (7,83), Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária (7,83), cultivo de arroz (14,46) produção de carvão vegetal (9,99), Criação de bovinos para corte (4,43), Beneficiamento de arroz (5,80), Comércio Atacadista de Alimentos para animais (11,19).

No ano de 2016, as divisões com maiores especializações em Aquidauana foram Cultivo de Coco da Baía (23,58), Cultivo de arroz (20,43), Serviço de inseminação em animais (19,46), Criação de caprinos (11,28), Criação de asininos (18,87), Produção de carvão vegetal (14,45), Criação de bovinos para corte (3,84), frigorífico abate de bovinos (3,35), Torrefação e moagem de café (3,10).

Campo Grande apresentou para o ano de 2010, QL igual a (1,74) cultivo de juta, produção de mudas, cultivo de laranja, cultivo de banana, cultivo de cítricos, criação de caprinos, fabricação de produtos de carne, fabricação de sucos, fabricação de farinha de milho , fabricação de farinha de mandioca e fabricação de frutas de conserva.

Diferentemente, no ano 2016, a região mudou sua especialização, QL igual a 2,09 com as divisões Cultivo de cebola, Cultivo de Abacaxi, Cultivo de mamona, Cultivo de mamona, cultivo de pinos, cultivo de teca, fabricação de produtos à base de café,

fabricação de conservas de frutas, fabricação de farinha de milho.

A região de Corumbá, em 2010, apresentou a criação de animais de estimação com QL igual a (21,91), pesca de peixe em água doce (20,03) e comercio de pescadores e frutos do mar (12,52).

No ano de 2016, Corumbá fica mais especializada em Extração de Minerais Metálicos, QL igual a (32,8), Criação de bovinos exceto para corte e leite (3,45), Serviço de manejo de animais (3,98), Comercio atacadista de água mineral (30,36).

Já em Coxim, as divisões mais especializadas em 2010 foram moagem de trigo (28,29), seguido por cultivo de algodão herbáceo (18,72), criação de peixes de água salgada e salobra (14,15) e fabricação de artefatos de couro (13,58), Preparação e fiação e fibras de algodão (11,47).

Mas em 2016, a maior especialização da região Comércio Atacadista de café em grão (30,96), Cultivo de algodão herbáceo (22,29), Comércio atacadista de matérias primas agrícolas (19,70), Ranicultura (10,84), Atividades de apoio a pesca em água doce (10,32), Fabricação de artefatos de couro (15,48).

A região imediata de Dourados apresentou especialização nas atividades de fabricação de cervejas e chopes, fabricação de biocombustíveis, comercio atacadista de algodão, com QL de (7,71), seguido da fabricação de óleos vegetais (7,47) e criação de pintos em um dia (7,46) fabricação de conservas de peixes (7,23), Frigorifico abate de suínos (6,68) e Abate de aves (6,23).

Já no ano de 2016, as divisões com maior QL (6,13) foram moagem de trigo, Fabricação de chá mate, Cultivo de uva e Atividades de apoio a aquicultura em água doce, seguidos de Fabricação de biocombustíveis (6,07) e Fabricação de adubos e fertilizantes (5,97).

Para a região de Jardim, as divisões mais especializadas em 2010 foram fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas (34,37), cultivo de abacaxi (31,51), Serviço de inseminação artificial de animais (18,51), comercio atacadista de embalagens (15,41), Matadouro abate de reses (10,94).

No ano de 2016, a maior especialização foi em Conservação de florestas nativas e beneficiamento de café (38,33), Comércio atacadista de carne e derivados (32,85), Cultivo de trigo (30,66), Serviço de manejo de animais (14,60) e Apicultura (10,95).

A região de Naviraí – Mundo Novo apresentava em 2010 a divisão cultivo de frutas de lavoura permanente (17,83), preparação de subprodutos de abates (11,61), Frigorifico abate de bovinos (11,06) Fabricação de álcool (9,81), Comércio Atacadista de

Soja (7,73).

Em 2016, a maior especialização foi em Preservação de Peixes e crustáceos (28,64), Preparação e fiação de fibras de algodão (14,42), Comércio Atacadista de Soja (13,23), Fabricação de amidos e féculas de vegetais (11,38) e Moagem e fabricação de produtos vegetal (8,99).

Para a região de Nova Andradina, comércio atacadista de fumo (38,08) fabricação de álcool (22,41), fabricação de biscoitos e bolachas (38,08), fabricação de açúcar em bruto (13,89) e fabricação de féculas de vegetais (17,72) foram as divisões mais especializada em 2010.

Em 2016, a Ranicultura (15,39) foi a divisão mais especializada, seguida por Fabricação de açúcar bruto (12,16), Criação de ovinos (10,76), Comércio atacadista de farinha e féculas (8,46) e Fabricação de amido e féculas (7,59).

Em Paranaíba – Chapadão do Sul – Cassilândia, Torrefação e moagem de café (13,69), Comércio atacadista de água mineral (15,83), fabricação de calçados de couro (24,78) e fabricação de artefatos de tanoaria (27,70), Comércio Atacadista de farinhas de amidos e féculas (9,23) foram as divisões mais especializadas em 2010.

Mas no ano de 2016, a região apresentou como especialização Cultivo de mamão, cultivo de amendoim e Fabricação de produtos de fumo (21,23) com as maiores especializações, seguidos por e Gás Natural (21,22), Cultivo de Seringueira (18,54), Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos (17,27) e fabricação de cervejas e chopes (13,51).

A região imediata de Ponta Porã tinha, em 2010, Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas (28,57), Comércio Atacadista de Soja (28,42), Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento (81,21), Cultivo de uva (81,21), Cultivo de outras plantas de lavoura permanente (28,0) e Cultivo de Cereais (18,65) como as divisões mais especializadas.

No ano de 2016, Matadouro – abate de suínos (44,44), Comércio atacadista de açúcar (4,44), Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento (37,03), Cultivo de frutas de lavoura permanente (14,81) e Atividade de pós colheita (16,35) apresentaram os maiores quocientes.

Na região de Três Lagoas, em 2010, Abate de pequenos animais (20,48), Cultivo de pinus (20,48), Atividades de apoio a produção florestal (13,85), Extração de madeira em floresta nativa (13,66), eram as divisões mais especializadas.

No entanto, no ano de 2016, as divisões mais especializadas foram a Fabricação

de Celulose (11,54), Fabricação de papel (11,54), Cultivo de mudas em viveiro (8,73), Fabricação de conserva de legumes (11,88) e Cultivo de Eucalipto (10,46).

A análise do  $QL_{ij}$  separadamente não nos fornece uma dimensão de todas as mudanças ocorridas na dinâmica do crescimento de Mato Grosso do Sul. Seria necessário incorporar outros indicadores, relacionando a estrutura dos setores com as diversidades das atividades nas regiões do Estado. Entre estes indicadores, tem-se o coeficiente de Diversidade que mostra o grau de dispersão relativa dos setores produtivos de Mato Grosso do Sul. Assim, é possível dividir o comportamento em dois grupos: setores com maior tendência à concentração espacial ( $CL_i$  próximo de 1) e setores com menor tendência à concentração espacial menor que 1.

Após analisar os quocientes locais das regiões geográficas imediatas e verificar quais são as divisões mais importantes para cada uma, é verificado também a diversidade para cada região no período analisado.

Como apresentado na tabela 13, é possível verificar que a região geográfica imediata de Campo Grande era a mais diversificada no ano de 2006, com especialização em 417 divisões, por ser a capital do estado e estar inseridas nas regiões geográficas intermediárias, seguida por Dourados com 219 diversificações.

Tabela 13 - Diversidade das RGIS no ano de 2010.

| <b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI)</b>      | <b>2010</b> |
|--|-------------|
| AMAMBAI                                      | 88          |
| AQUIDAUANA -ANASTÁCIO                        | 139         |
| CAMPO GRANDE                                 | 417         |
| CORUMBÁ                                      | 145         |
| COXIM  | 159         |
| DOURADOS                                     | 219         |
| JARDIM                                       | 114         |
| NAVIRAÍ – MUNDO NOVO                         | 93          |
| NOVA ANDRADINA                               | 56          |
| PARANAÍBA - CHAPADÃO DO SUL -<br>CASSILÂNDIA | 178         |
| PONTA PORÃ                                   | 122         |
| TRÊS LAGOAS                                  | 206         |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao verificar a tabela 13 para a diversificação das atividades nas regiões

industriais, constata-se a Campo Grande possui pouca divisão com QL maior que 1 e se destaca com maior especialização neste setor, Dourados representa a segunda maior região em quesito de especializações, seguida por Três Lagoas em terceiro.

Por outro lado, Corumbá com 145 especializações, e a região com a menor quantidade de especializações no estado de MS, seguida por Amambai e Aquidauana – Anastácio. Nesse contexto, as regiões mais especializadas são aquelas que contém um polo urbano forte em relação às outras, como a região geográfica imediata de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas.

Tabela 14 – Diversidade das RGIs no ano de 2016.

| <b>REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI)</b>      | <b>2016</b> |
|--|-------------|
| AMAMBAI                                      | 135         |
| AQUIDAUANA -ANASTÁCIO                        | 146         |
| CAMPO GRANDE                                 | 548         |
| CORUMBÁ                                      | 177         |
| COXIM  | 148         |
| DOURADOS                                     | 314         |
| JARDIM                                       | 146         |
| NAVIRAÍ – MUNDO NOVO                         | 188         |
| NOVA ANDRADINA                               | 139         |
| PARANAÍBA - CHAPADÃO DO SUL -<br>CASSILÂNDIA | 241         |
| PONTA PORÃ                                   | 179         |
| TRÊS LAGOAS                                  | 210         |

Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 2016, conforme apresenta a tabela 14, a região com mais diversificações continuou sendo Campo Grande, no entanto, foi a região que mais ganhou especializações no período analisado, com 131 divisões a mais do que em 2010. Sendo os ganhos mais pronunciados, pelo QL, 207 – fabricação de produtos à base de café, 196- fabricação de farinha de milho , 181- fabricação de conserva de frutas ,53- produção de mudas , segunda maior especialização em 2010, 713 – Comércio atacadista de Sementes e flores, 60 – Criação de Caprinos, 28- Cultivo de laranja, 31-Cultivo de banana e 6 –

Cultivo de Juta.

A região com pouco aumento de diversificações foi Três Lagoas, que passou de 206 para 210, com efeito menos pronunciado de aumento nas divisões 28 – Criação de bovinos para corte, 190 – Abate de aves, 173- Fabricação de Laticínios, seguida por Aquidauana- Anastácio e Coxim.

As regiões que também tiveram um aumento expressivo no número de especializações foram Nova Andradina, de 56 em 2010 para 139 em 2016, muito por conta da especialização em 320 – fabricação de adubos e fertilizantes, 61 – Criação de ovinos, 119 – Ranicultura , 202 – Fabricação de açúcar bruto, 211-Fabricação de álcool e 315- Fabricação de biscoitos.

Naviraí-Mundo Novo passou de 93 para 188, e apresentou especialização nas divisões 108 – Atividades de Apoio à pesca em água doce, 320 – fabricação de adubos e fertilizantes, 179 – Preservação de peixes e crustáceos e 178 – Preparação de produtos de abate e 41-Cultivo de frutas de lavoura permanente.

Paranaíba – Chapadão do Sul – Cassilândia, Amambai também apresentaram aumento de especializações, as divisões que apresentaram especialização em relação a 2010 foram 180 – Fabricação de conservas de peixe, 729 – Comércio atacadista de água mineral, 283 – Fabricação de artefatos de tanoaria e 240 – Fabricação de produtos de Fumo. Em seguida aparece a região de Ponta Porã que passou de 122 para 157, Jardim e Coxim.

#### 4.8 MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL E MÉTODO ESTRUTURAL-DIFERENCIAL ARCELUS (1984)

Algumas regiões tendem a crescer mais que outras, a tendência é que o crescimento econômico se concentre no espaço agravando as desigualdades regionais. As regiões que crescem abaixo da média podem apresentar setores com maior dinamismo, assim identificar esses setores torna-se fundamental para impulsionar o crescimento dessas regiões. Nesse contexto, as medidas regionais se concentram na análise da estrutura produtiva de cada região. De acordo com Souza (2009) o crescimento regional se origina em dois fatores, os fatores regionais, que surgem a partir das peculiaridades internas e constituem-se como vantagens locais para determinados setores, e existem também os fatores nacionais, que caracterizam por atividades locais que ao nível nacional estão crescendo rapidamente.

Para conhecer os padrões regionais de crescimento econômico, utilizam-se, medidas de análise regional, que visam compreender o padrão de comportamento de uma economia, entre elas o método de análise diferencial-estrutural e o modelo Arcelus (1984) respondendo assim o terceiro objetivo específico.

#### 4.8.1 Método Estrutural-Diferencial Regiões imediatas de Mato Grosso do Sul 2010-2016

A apresentação da análise *shift-share* ou método estrutural diferencial clássico é feita sobre os componentes conforme anteriormente apresentado: (NS) efeito estadual; (IM) mix estrutural; e (RS) o efeito local. Nesse contexto, por se tratar da classificação em 1349 divisões CNAE, a tabela 20 apresenta apenas o efeito total de cada componente para as regiões.

Tabela 15. Decomposição clássica dos efeitos de alterações no emprego formal segundo Dunn (1960), Setor Primário, Secundário, Terciário 2010-2016, em número de pessoas.

| DESCRIÇÃO  | RGIs          |               |               |               |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  | NS            | IM            | RS            | Total         |
| <b>01-AMAMBAI</b>                                | 1.879         | 257           | 170           | <b>2.306</b>  |
| <b>02-AQUIDAUANA-ANASTÁCIO</b>                   | 5.649         | -327          | -2.462        | <b>2.860</b>  |
| <b>03-CAMPO GRANDE</b>                           | 18.984        | 1.722         | -4.121        | <b>16.585</b> |
| <b>04-CORUMBÁ</b>                                | 2.753         | -146,89       | 297           | <b>2.903</b>  |
| <b>05-COXIM</b>                                  | 7.233         | 2.183         | -2.908        | <b>6.508</b>  |
| <b>06-DOURADOS</b>                               | 11.070        | 4.805         | -2.553        | <b>13.322</b> |
| <b>07-JARDIM</b>                                 | 5.589         | -13           | -749          | <b>4.827</b>  |
| <b>08-NAVIRAI-MUNDO NOVO</b>                     | 1.832         | 68            | 2.191         | <b>4.091</b>  |
| <b>09-NOVA ANDRADINA</b>                         | 2.427         | -105          | 1.762         | <b>4.084</b>  |
| <b>10-PARANAIBA-CHAPADÃO DO SUL, CASSILÂNDIA</b> | 5.411         | 779           | 785           | <b>6.975</b>  |
| <b>11-PONTA PORÃ</b>                             | 1.776         | 801           | -519          | <b>2.058</b>  |
| <b>12-TRÊS LAGOAS</b>                            | 6.611         | 706           | 5.257         | <b>12.574</b> |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>71.214</b> | <b>10.729</b> | <b>-3.444</b> | <b>79.093</b> |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise de decomposição clássica é feita em três componentes: o efeito estadual (NS); efeito mix estrutural (IM); e efeito local (RS). É possível identificar no quadro

acima os efeitos totais mais pronunciados (maiores que 10.000 empregos) para as RGI de Três Lagoas, Campo Grande, Dourados.

Na análise dos setores destacam-se os efeitos estaduais (NS) e mix estrutural (IM) positivos e o efeito local (RS) negativo, para as RGI de Campo Grande, Dourados e Coxim representando uma perda de competitividade das cidades. O efeito estadual explicou 91% da variação total, enquanto o mix industrial explicou 35% e o efeito local foi negativo de -5%.

Na região de Amambai, as divisões que mais contribuíram para a variação total de emprego, entre 2010 e 2016, foram 03-Cultivo de trigo, 10- cultivo de Soja, 24-Cultivo de Outras lavouras temporárias, 54- Criação de bovinos para corte, 56-Criação bovinos exceto para corte e leite, 76-Atividades de apoio à Agricultura, 80-Atividades de Apoio a Pecuária e 83 -Cultivo de Eucalipto.

Destaca-se o efeito estadual (NS) positivo e os efeitos locais (RS) e mix industrial (IM) também positivos para a região de Amambai. O efeito estadual explicou 81% da variação total, enquanto os efeitos locais e industriais foram negativos, de 11% e 7% respectivamente.

Para a região de Aquidauana, as divisões com mais variações totais foram 01 – Cultivo de Arroz, 54- Criação de Bovinos para corte, 56 – Criação de Bovinos exceto para corte e leite-, 24- Cultivo de outras lavouras temporárias, 94- Produção de Carvão Vegetal e 168- Frigorífico Abate de Bovinos.

Destaca-se o efeito estadual (NS) para a região de Aquidauana, além dos efeitos industriais (IM) e locais negativos. Dessa forma, o efeito estadual explica 97% da variação total, já o mix industrial de -25% e o local de -40%.

Já a região de Campo Grande apresenta várias divisões com variações totais expressivas, com as classificações que contém mais de 100 empregos. Nesse contexto, trata-se do 04 – Cultivo de Trigo, 10 – Cultivo de Soja, 52 – Produção de sementes para forragem de pasto, 54 – Criação de Bovinos para corte, 67- Produção de Ovos, 75- Serviço de Preparação de Terreno, 76-Atividades de Apoio à Agricultura, 80 – Atividades de Apoio à pecuária, 83 – Cultivo de Eucalipto, 89 – Extração de Madeira em Florestas Plantadas, 90 – Produção de Carvão Vegetal Florestas Plantadas, 94 – Produção de Carvão Vegetal Florestas Nativas 100 – Atividades de Apoio à Produção Florestal, 168- Frigorífico Abate de Bovinos, 200-Fabricação de Alimentos para animais, 717- Comércio Atacadista de Matérias Primas Agrícolas, 730- Comércio Atacadista de Cerveja e Chope, 790-Comércio Atacadista de Materiais de Construção em Geral, 803-

Comércio Atacadista de Embalagens.

O efeito mais pronunciado para a região de Campo Grande foi o estadual (NS), seguido pelo industrial (IM) e local (RS) foi negativo. O efeito estadual para a região foi de 90%, já o mix industrial de 15 % e o efeito local apresentou -80%.

Para a região de Corumbá, as variações totais mais pronunciadas foram 54 – Criação de Bovinos para Corte 56 – Criação de Bovinos exceto para corte e leite, 76 – Atividades de Apoio à Agricultura, 80 – Atividades de Apoio à Pecuária não especificadas, 729 – Comércio Atacadista de Água mineral, 730 – Comércio Atacadista de Cerveja e chope.

Na região de Corumbá, o único efeito negativo para o período foi o estadual o efeito industrial (IM), o efeito estadual (NS) e local (RS) apresentaram efeitos positivos. O componente industrial foi de -26 % enquanto estadual e locais, respectivamente, foram de 82% e -9%.

As variações mais pronunciadas para a região de Coxim foram 05 – Cultivo de Algodão Herbáceo, 10 – Cultivo de Soja, 20 – Cultivo de Mandioca, 76 – Atividades de Apoio à Agricultura e 200 – Fabricação de Alimentos para Animais.

Os componentes com efeitos positivos para o período 2006-2016 para a região de Coxim foram os efeitos estaduais (NS) e locais (RS), já o efeito industrial apresentou efeito negativo. Nesse contexto, o estadual foi de 86%, o local de 5% e o mix industrial de -4%.

As divisões com maiores variações na região de Dourados foram 02 – Cultivo de Milho, 04- Cultivo de Outros Cereais não especificados, 08- Cultivo de Cana de Açúcar, 10- Cultivo de Soja, 54- Criação de Bovinos para Corte, 62 – Criação de Suínos, 717- Comércio Atacadista de Matérias Primas Agrícolas, 719 – Comércio Atacadista de Cereais não especificados anteriormente e 730 – Comércio Atacadista de Cerveja e chope.

Para a região de Dourados, os componentes, ou seja, estadual (NS), industrial (IM) foram positivos e local (RS) negativo. O efeito estadual foi de 55%, o industrial de 5% e o local foi de -15%.

As divisões mais pronunciadas para a região de Jardim foram 04 - Cultivo de Outros Cereais não especificados, 10 – Cultivo de Soja, 56 – Criação de Bovinos exceto para corte e leite e 200 – Fabricação de Alimentos para Animais. Nesse contexto, os componentes estaduais (NS) foram positivos e o mix estrutural (IM) e (RS) foram negativos, 70% e 11% e -19% respectivamente.

A região de Naviraí apresentou as divisões 04 – Cultivo de Outros Cereais não

especificados, 08– Cultivo de Cana de Açúcar, 10 – Cultivo de Soja ,54 – Criação de Bovinos para Corte, 75- Serviço de Preparação de Terreno Cultivo e Colheita, 76 – Atividades de Apoio à Agricultura. Além disso, todos os efeitos estaduais (NS), o mix estrutural e o efeito local (RS) foram positivos iguais a 98%, 45%, e 46%.

Para a região de Nova Andradina, as divisões mais pronunciadas foram 54 - Criação de Bovinos para Corte, 55 – Criação de Bovinos para Leite, 75 – Serviço de Preparação de Terreno Cultivo e Colheita, 76 – Atividades de Apoio à Agricultura e 80 - Atividades de Apoio à Pecuária não especificadas e 168- Frigorífico Abate de Bovinos. Os componentes estaduais (NS) e o local (RS) foram positivos, 60% e 38% respectivamente, já o mix estrutural (IM) foi negativo, igual a -3%.

As divisões mais pronunciadas para a região de Paranaíba foram 04 – Cultivo de Outros Cereais não especificados, 08 – Cultivo de Cana de Açúcar, 10 – Cultivo de Soja, 49 – Cultivo de Seringueira, 54 – Criação de Bovinos para Corte e 75- Serviço de Preparação de Terreno Cultivo e Colheita e 168- Frigorífico Abate de Bovinos. Assim como Corumbá, a região de Paranaíba também apresentou os componentes regionais (NS), mix estrutural (IM) e local (RS) como positivos, iguais a 68%, 4% e 28% respectivamente.

Para a região de Ponta Porã as divisões com efeitos totais mais pronunciados foram 04- Cultivo de Outros Cereais não especificados, 10 - Cultivo de Soja, 54 – Criação de Bovinos para Corte e 76 – Atividades de Apoio à Agricultura.

A região de Ponta Porã apresentou também os componentes estaduais (NS) e locais (RS) positivos e o mix estrutural (IM) negativo. O efeito estadual explicou 59% da variação total, o local explicou 34% e o efeito estrutural negativo foi de -8%.

Para a região de Três Lagoas, os componentes estaduais (NS), mix estrutural (IM) e local (RS) foram positivos. O efeito estadual explicou 56% da variação total do emprego na região, enquanto mix estrutural foi de 8% e o efeito local foi de 36%.

As divisões com mais variações totais de emprego foram 73 – Serviço de Pulverização e Pragas Agrícolas, 83 – Cultivo de Eucalipto, 100- Atividades de Apoio a Produção Florestal, 168 – Frigorífico Abate de bovinos e 730 – Comércio Atacadista de Cerveja e Chope.

A análise ficará mais detalhada com os resultados do método de decomposição de Arcelus (1984), conforme exposto na metodologia e na Tabela 3.

A análise mostra que no período analisado o setor com melhor desempenho é o da Agropecuária, seguido dos setores da Indústria e de Serviços, respectivamente. Cabe destacar que as maiores taxas de crescimento do emprego formal ocorreram no setor da

Agropecuária nas regiões de Aquidauana (23,28%), Paranaíba(19,72%) e Jardim (19,03%), enquanto na indústria as maiores taxas de crescimento estiveram associadas às microrregiões de Amambai (19,44%), Coxim (14,15%) e Três Lagoas (7,35%). A taxa estadual de crescimento do emprego formal total para as regiões imediatas do estado foi de 2,91%.

Uma possível explicação para o bom desempenho da agropecuária pode ser encontrada analisando-se as transformações da agricultura sul-mato-grossense. A análise das últimas décadas do século XX sugere que o crescimento das atividades produtivas comerciais ocorreu a partir da produção em grande escala, visando o mercado internacional e a agroindústria. Assim, Mato Grosso do Sul se configurou como uma economia regional produtora e exportadora de produtos primários, sendo que a cultura de grãos (especialmente a soja) e os derivados de animais (principalmente bovinos) têm grande peso na pauta, juntamente com os produtos minerais.

Com relação à estrutura industrial, durante vários anos o estado manteve -se nas áreas tradicionais e de *commodities* os principais setores industriais, indicando assim uma indústria de transformação local. Apesar do desenvolvimento industrial eminente, a dinâmica econômica sul-mato-grossense permanece em grande parte determinada pelas flutuações do comércio internacional, por políticas dos países consumidores, pela política econômica nacional, por questões de câmbio e das causas climáticas. Esse conjunto de fatores interfere na produção e na produtividade dos distintos setores.

Analisando os resultados, é possível observar que as regiões que registraram variação negativa para o total efeitos decorre do baixo desempenho do setor de serviços, e a diminuição do número de empregos, ainda que ele não tenha sido suficientemente capaz de reverter os efeitos positivos sobre o emprego advindo dos demais setores. Cumpre observar, também, que, no setor da indústria e da agropecuária, algumas regiões apresentam efeito estrutural positivo.

As regiões que registraram efeito competitivo negativo mostram que a região apresenta características que prejudicaram o seu desempenho, não existindo vantagens locais, como, por exemplo, estímulos fiscais, custos diferenciados de transportes, recursos naturais, entre outros. Notadamente, os setores da Indústria e Serviços são os setores que apresentaram efeito competitivo negativo na maioria das RGI e para o total do estado.

A análise ficará mais detalhada com os resultados do método de decomposição de

Arcelus (1984), conforme exposto na metodologia e na Tabela 26.

#### 4.8.2 Método Estrutural-Diferencial Arcelus

A seguir apresenta-se para as regiões imediatas uma análise baseada na desagregação das atividades aplicado os efeitos do modelo decomposto por Arcelus (Tabela 16). Como pode ser observado, para o total das RGIS analisadas, observa-se que os efeitos aplicados foram os que obtiveram as maiores taxas de crescimento no emprego.

Do ponto de vista das regiões, é possível observar que algumas tiveram taxas de competitividade negativas ao longo do período analisado.

O modelo apresenta os efeitos competitivos, estes efeitos indicam que as regiões que apresentaram resultados positivos possuem uma estrutura produtiva composta por setores considerados dinâmicos ou líderes em nível estadual, enquanto as que apresentaram resultados negativos possuem setores pouco dinâmicos e poucos competitivos.

O método *shift-share* de Arcelus é dividido em oito componentes, como apresentado na seção anterior. Nesse contexto, trata-se do efeito esperado – o emprego que teria a região caso a estrutura produtiva fosse a mesma que o estado de MS – como sufixo E, e o diferencial, como D, no qual tenta medir o efeito do crescimento sobre o grau de especialização da divisão na região.

Os efeitos agora são divididos em componentes esperado e diferencial, recebendo respectivamente os sufixos E e D para cada componente. O efeito esperado é aquele do componente homotético, um emprego teórico que teria o município em uma atividade econômica supondo que a ponderação desta na estrutura produtiva local (da cidade de Campo Grande) tivesse a mesma composição que no estado de MS.

Tabela 16. Decomposição dos efeitos de alterações no emprego formal segundo Arcelus (1984), 2010-2016, em número de pessoas.

| <b>REGIÃO</b>         | <b>NSE</b> | <b>NSD</b> | <b>IME</b> | <b>IMD</b> | <b>RGE</b> | <b>RGD</b> | <b>RIE</b> | <b>RID</b> | <b>Total</b> |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|
| <b>AMAMBAI</b>        | 50,36      | 1.011      | -1.183     | 296,92     | 2,42       | 291,71     | -38,41     | -296,92    | 134,08       |
| <b>AQUIDAUANA</b>     | 157,09     | 2.761      | -7,28      | -203,61    | -79,07     | -1.415     | 7,28       | 203,61     | 1.424        |
| <b>CAMPO GRANDE</b>   | 362,01     | 9.849,41   | -8,05      | 2.345,15   | -84,66     | 830,38     | 8,05       | 2.345,15   | 15.647       |
| <b>CORUMBÁ</b>        | 73,18      | 1.361,63   | -3,53      | -87,34     | -11,29     | -248,52    | 3,53       | 87,34      | 1.175        |
| <b>COXIM</b>          | 113,59     | 3.556,43   | 4,78       | 2.258,68   | -2,85      | -694,17    | -4,78      | -2.258,68  | 2.973        |
| <b>DOURADOS</b>       | 110,47     | 5.757,58   | 18,35      | 4.828,40   | -5,79      | 2.258,70   | -18,35     | -4.828,40  | 8120,96      |
| <b>JARDIM</b>         | 115,15     | 2.749      | -6,31      | -112,49    | -27,53     | 88,53      | 6,31       | -112,49    | 2700,17      |
| <b>NAVIRAÍ</b>        | 45,73      | 896,64     | -1,77      | 119,89     | 44,87      | 1.560,72   | 1,77       | -119,89    | 2547,96      |
| <b>NOVA ANDRADINA</b> | 65,61      | 1.159,50   | -3,11      | -52,05     | 43,66      | 899,21     | 3,11       | 52,05      | 2167,98      |
| <b>PARANAÍBA</b>      | 93,11      | 2.719,46   | 1,28       | 846,77     | 37,11      | 972,67     | -1,28      | -846,77    | 3822,35      |
| <b>PONTA PORÃ</b>     | 28,47      | 964,35     | 1,86       | 821        | -13,66     | 627,84     | -1,86      | -821       | 1607         |
| <b>TRÊS LAGOAS</b>    | 126,13     | 3.240      | -4,39      | 804,69     | 79,19      | 4.686,71   | 4,39       | -804,69    | 8132,03      |

Fonte: elaboração própria. NSE = efeito estadual esperado; NSD = efeito estadual diferencial; IMEmix estrutural esperado; IMD = mix estrutural diferencial; RGE = competitividade de mercado (crescimento local) esperado; RGD = competitividade de mercado diferencial; RIE = competitividade de especialização (mix local) esperado; e RID = competitividade de especialização diferencial.

Para os efeitos estadual (NSE) e (NSD) a totalidade das regiões teve efeitos positivos, tanto no componente esperado como o diferencial. A quase totalidade dos efeitos é diferencial, ou seja, decorrente de diferenças específicas entre as regiões, principalmente para os setores de administração primário e secundário. O uso do componente homotético associado a um conceito de especialização (como o de quociente locacional) permite distinguir, dentro do efeito competitivo, a parte que reflete a uma dinâmica positiva das atividades que podem estar ganhando a influência indireta da estrutura produtiva, na região em que se mostra competitiva.

Para os efeitos estruturais (mix industrial) esperado (IME) e diferencial (IMD) é possível verificar de modo mais intenso o efeito esperado para o setor 10-Cultivo de Soja, em que o efeito diferencial marca este setor nas principais RGIs de Campo Grande, Dourados, Coxim e Ponta Porã pelo fato de concentrar uma fração importante deste produto nas principais cidades. É possível verificar que nesse caso, a desagregação no componente homotético pouco ou nada altera a interpretação do caso clássico. Para os componentes competitivos de mercado (RGE e RGD) e de especialização (RIE e RID) é possível ter detalhamentos dos resultados. Em essência, os resultados apontam para efeitos negativos de competitividade de mercado no componente diferencial, ou seja, uma perda específica das regiões em que quase todas tiveram componentes diferenciais negativos. Os mais expressivos (com valores absolutos de RGD maiores que 1000), em ordem decrescente foram os setores: 08-Cultivo de Cana de Açúcar, 76- Atividades de Apoio à Agricultura, 80- Atividades de Apoio à Pecuária, 83- Cultivo de Eucalipto; 168- Frigorífico Abate de Bovinos e 100- Atividades de Apoio à Produção Florestal. Ou seja, são os mesmos setores que apresentaram expressivos resultados para o componente estadual (NS) (que a cidade teria empregos crescentes se houvesse a estrutura estadual).

Dá-se maior ênfase para o componente de efeito competitivo de especialização, observando a existência de vantagens comparativas locais nas atividades econômicas. As regiões com efeitos negativos refletem uma perda de competitividade de especialização as principais atividades foram nos seguintes setores: 10-Cultivo de Soja, 54-Criação de Bovinos para Corte, 168 – Frigorífico Abate de bovinos, 717- Comércio Atacadista de Matérias Primas Agrícolas, 200- Fabricação de Alimentos para Animais.

O componente estrutural esperado (IME), no qual leva em conta o emprego homotético com a variação do emprego, representa o quão rápido alguns setores mudam em relação a outras divisões nacionais, o emprego do efeito estrutural esperado mostra que no total, nenhuma região cresce mais rápido do que o estado.

Esse componente é influenciado negativamente pelas divisões 55 – Criação de Bovinos para Leite ,56 – Criação de Bovinos exceto para Leite e Corte e 80- Atividades de Apoio à Pecuária. Nota-se então que essas divisões não crescem tão rápido quanto outras do estado de MS, o que causa uma desvantagem em relação a outras divisões.

Para o componente estrutural esperado (IME), a região que apresentou um efeito maior foi Dourados, por conta das divisões 08 – Cultivo de Cana de Açúcar, 10– Cultivo de Soja, 717-Comércio Atacadista de Matérias Primas Agrícolas, 775 – Comércio Atacadista de Máquinas e Aparelhos para uso Agropecuário. Essas divisões resultam em um efeito positivo para a variação total, representando uma especialização para a região.

A região de Dourados foi também a que apresentou o maior componente estrutural diferencial (IMD) por conta de resultados pronunciados para as divisões que representam especialização em 02- Cultivo de Milho, 04 – Cultivo de Outros Cereais, 08 – Cultivo de Cana de Açúcar e 10-Cultivo de Soja.

Campo Grande apresentou o segundo maior componente estrutural diferencial (IMD) por conta das especializações em 04 – Cultivo de Outros Cereais, 08 – Cultivo de Cana de Açúcar, 10-Cultivo de Soja,83- Cultivo de Eucalipto,100- Atividades de Apoio à Produção Florestal, 200- Fabricação de Alimentos para Animais.

Coxim apresentou o terceiro maior componente estrutural diferencial, resultado que significa especialização em 04 – Cultivo de Outros Cereais, 10-Cultivo de Soja e 200- Fabricação de Alimentos para Animais. Para a região de Paranaíba que obteve o quarto maior componente estrutural diferencial (IMD), o efeito mais pronunciado foi resultado da divisão 04 – Cultivo de Outros Cereais e 10-Cultivo de Soja.

A região que apresentou o menor resultado para o componente estrutural diferencial (IMD), como mostra a tabela, foi Nova Andradina, por não obter divisões com efeitos suficientemente positivos para impactar na variação total. Os maiores efeitos positivos foram na divisão 76 – Atividades de Apoio à Agricultura. No entanto, a divisão 54-Criação de Bovinos para Corte, apresentou valor negativo para a variação total de emprego. O que Arcelus (1984) definiria como não especialização ou especialização defasada.

Para os efeitos esperados do componente regional (RGE), o componente lida com o crescimento esperado da divisão na região em relação a economia do estado. As únicas regiões que apresentaram efeitos esperados positivos para os componentes de crescimento esperado regional foram Amambai, Navirai, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina é resultado do 10 – Cultivo de Soja e 54 – Criação de Bovinos para Corte.

Já para o componente diferencial (RGD), a região com maior efeito, como mostra a tabela, foi Três Lagoas com 4.686,71 apesar de apresentar uma diminuição de divisões especializadas como apresentado anteriormente, o que significa dizer que a região está mais competitiva nas divisões 54 – Criação de Bovinos para corte, 83- Cultivo de Eucalipto ,100- Atividades de Apoio à produção Florestal, 168 – Frigorífico Abate de bovinos ,730 Comércio Atacadista de Cerveja, chope e refrigerante. Existem vários efeitos positivos pronunciados de competitividade de mercado nas divisões citadas.

A região de Aquidauana apresentou uma perda de competitividade de mercado (RGD) mais pronunciada entre as regiões imediatas do estado de MS (-1.415). Nesse contexto, houve uma perda em várias divisões. Destacam-se 54 – Criação de Bovinos para Corte, 80 – Atividades de Apoio à Pecuária, 94 – Produção de Carvão Vegetal, 716 – Comércio Atacadista de Animais, 730 – Comércio Atacadista de Cerveja e Chope.

A região que apresentou o segundo maior efeito negativo de competitividade de mercado (RGD), como apresentado na tabela 3, foi Coxim (-694,17) no qual destacam-se 05 – Cultivo de Algodão, 54 – Criação de Bovinos para corte, 80- Atividades de Apoio à Pecuária,83- Cultivo de Eucalipto, 94 – Produção de Carvão Vegetal.

Diferentemente, Corumbá apresentou 54 – Criação de Bovinos para Corte, 55 – Criação de Bovinos para Leite, 730 – Comércio Atacadista de Cerveja e Chope e 803 – Comércio Atacadista de Embalagem como as divisões que mais influenciaram na perda de competitividade de mercado da região (RGD), como apresentado na tabela 3.

As RGIs podem ser enquadradas nas teorias que explicam a localização dos serviços mais centralizadas (teorias do lugar central de Christaller e Losch), uma vez que o Estado é um grande centro econômico no setor primário com especialização em várias atividades e algumas diversidades entre atividades.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que existem disparidades entre as regiões e entre os setores de atividades no estado do Mato Grosso do Sul. Analisando as taxas de crescimento no emprego formal por setores de atividades nas regiões imediatas, verificou-se que Agropecuária ainda e a principal atividade da maioria das regiões de MS enquanto Indústria e Serviços têm predominância em alguns municípios.

Ademais, com base nos coeficientes de localização e medidas regionais, observou-se que o emprego formal, comparando 2010 com 2016, tem um comportamento diferente ao longo desse período, em que se destaca certa dispersão dos setores em determinadas regiões. Há uma pequena mudança em alguns setores, entre os quais se destacam os setores de Serviços Industriais e de Utilidade Pública, Comércio, Administração-Pública e Agropecuário. Não obstante, alguns setores tiveram uma tendência à concentração, como o Extrativo-Mineral, Educação Profissional e Ensino. Em geral, observa-se para o período uma redistribuição dos setores produtivos, reduzindo as disparidades de sua distribuição em relação ao estado.

De modo geral, os indicadores de localização e especialização mostram que há baixa capacidade em se mudar o perfil do estado, que está mais voltado para o setor agropecuário.

No que se refere ao método Estrutural-Diferencial, para os grandes setores - Agropecuária, Indústria e Serviços - verificou-se que a maioria das RGIs registraram efeitos positivos para os setores da Indústria e da Agropecuária. No setor de Serviços, as regiões apresentaram variação estrutural negativa, sendo que a RGI de Campo Grande registrou o pior resultado no comparativo entre os setores e RGIs. Quanto à variação diferencial, as regiões que apresentaram variação positiva de emprego para todos os setores foram Jardim, Paranaíba, Três Lagoas e Nova Andradina. Estas regiões cresceram acima da média do estado e possuem vantagem locais em termos diferenciais, com destaque para a região de Três Lagoas.

Ademais, observa-se que de um modo geral as RGIs não são especializadas em setores nos quais têm competitividade. Por outro lado, grande parte das RGIs. apresentou desvantagens competitivas não especializadas, mostrando seu baixo dinamismo relacionado principalmente com Serviços.

Utilizando o método de Arcelus para os setores as RGIs, verificou-se que os

efeitos foram positivos em vários setores, indicando que o estado se especializou em atividades mais dinâmicas, os quais tendem a crescer.

De modo geral, os resultados apontam para uma melhor distribuição das atividades no estado, destacando-se a Agropecuária entre os setores que apresentaram maior capacidade de crescimento do emprego formal.

É importante destacar também as limitações referentes ao presente estudo, uma vez que todas as estimações foram realizadas com dados de emprego formal das regiões, com isso, existem empregos não considerados pela RAIS. Além disso, pode-se realizar um estudo para verificar a evolução do PIB através do método shift-share com modelo de Arcelus e para as divisões CNAE do estado de Mato Grosso do Sul e, uma análise de como as novas formas de acesso à educação superior podem contribuir para a variação do emprego formal.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço Mato-Grossense**. São Paulo, 2001.
- BERGH, J.C.J.M GDP paradox. **Journal of Economic Psychology**. v. 30, n. 2009, p. 117-135, 2009.
- BRASIL. (2003). **Ações Federais : 1995 - 2002 - Mato Grosso do Sul**. Brasília: Governo Federal.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Lucro, Acumulação e Crise**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRITTO, J.; ALBUQUERQUE, E.M. Clusters Industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da RAIS. **Est. Econ. São paulo**, v. 32, n. 1, p. 71-102, 2002.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADO E DESEMPREGADOS - CAGED. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do município**, 2017. Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 06/05/18.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/1graos\\_08.09.pdf](http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/1graos_08.09.pdf)>. Acesso em: 20 abril. 2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- CROCCO, M. A., GALINARI, R.; SANTOS, F.; LEMOS, M. B.; SIMÕES, R. (2006). Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. **Nova Economia**. v. 16, n. 2, p. 211-241, 2006.
- DEDECCA, C. S. HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. n. 2, p. 9-28,1996.
- FAMASUL. **Agroalimento**. FAMASUL. Campo Grande, 2016
- FAMASUL. **Agroalimento**. FAMASUL. Campo Grande, 2017
- FERREIRA, Eva Maria Luiz; Brand, Antonio. **Os Guarani e a erva mate**. **Fronteiras, Dourados - MS**, v. 11, n. 19, p. 107-126, jan./jun. 2009.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, vol. 28, nº 1(109), p. 28-46, jan./mar. De 2007.
- FOCHEZATTO, Adelar. Desenvolvimento Regional: novas abordagens para novos

paradigmas produtivos. In: **Três Décadas de Economia Gaúcha**, v.1. 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/3-decadas/downloads/volume1/5/adelar-fochezatto.pdf>>. Acesso em 05 maio. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

HADDAD, P.R. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.

HADDAD, P.R. (org.), FERREIRA, C.M.C., BOISIER, S., ANDRADE, T.A. Fortaleza: BNB-ETEN, 1989.694 p.36 (Estudos Econômicos e Sociais,36).

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Edição original de 1958.

HUGGINS, R.; IZUSHI, H. ‘The Competitive Advantage of Nations: Origins and journey’, **Competitiveness Review**, v. 25, n. 5, p. 458–70, 2014.

HUGGINS, R.; IZUSHI, H; THOMPSON, P. ‘Regional competitiveness: theories and methodologies for empirical analysis’. **Journal of CENTRUM Cathedra: The Business and Economics Research Journal**. v. 6, n. 2, p. 155–72, 2013.

IBGE. (s.d.). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 02 abril de 2016.

ILHA, A.; WEGNER, R. Emprego de mão de obra como medida de crescimento setorial nos municípios de Caxias do Sul e Santana do Livramento no período de 2000-2002: aplicação do método estrutural-diferencial modificado. In: Encontro de Economia Gaúcha, 2., Porto Alegre. **Anais.Porto Alegre: 2004**.

ISARD, W. **Location and space economy: a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure**. Cambridge: MIT Press, 1956.

ISARD, W. **Méthodes d’analyse régionale**. Paris: Dunod, 1972.

HERZOG, H.W.; OLSEN, R.J. Shift-share analysis revisited: the allocation effect and the stability of regional structure, a reply. **Journal of Regional Science**, v.17, n.3, p.441-454, 1977.

Hoover, E. M., Giarratani, F. (1999) **An Introduction to Regional Economics, as reprinted for The Web Book of Regional Science**. Regional Research Institute, West Virginia University.

Krugman, Paul R. (1993) **Geography and trade**. MIT Press.

KRUGMAN, P. **Development , Geography , and Economic Theory**. 4. ed. Cambridge: MIT Press, 1998.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Centralidade e emprego no estado de Minas Gerais no**

- período 1995/2008.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2011. (Texto para discussão, n.428).
- LOSCH, August. **The economics of location, 1940.** Yale University Press, Seventh printing: 1978.
- MARSHALL, A. **Princípios de economia:** tratado introdutório. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.
- MARQUES, A. **Crescimento, produtividade e competitividade.** Coimbra: Impresso na Secção de Textos da FEUC, 2002.
- MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Perfil de MS., 2017.**Disponível em: <http://www.ms.gov.br/>. Acesso em: 05/06/2018.
- \_\_\_\_\_. PPA Plano Plurianual Lei nº 3484 dez 2007.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO (MAPA). Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. **Plano Agrícola e Pecuário 2011- 2012 /** Brasília: Mapa/SPA, pág. 92., 2011.
- MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas, 1957. **In: Textos da economia contemporânea;** Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Ensinos Brasileiros, Rio de Janeiro: 1960.
- MOORE, B. **Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MONASTERIO, L. Indicadores de Análise Regional e Espacial. In: B.D. *et. al*, **Economia regional e urbana:** Teoria e métodos com ênfase no Brasil (p. 406). Brasília: Ipea, 2011.
- NORTH, D. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics,** v. 41, n. 5, p. 943 - 951, 1959.
- \_\_\_\_\_. Location theory and regional economic growth. **Journal of Political Economy,** v. 63, n. 3, p. 243-58, 1955.
- OLIVEIRA, T.C.M. **Agroindústria e reprodução do espaço.** Coleção Centro-Oeste de Estudo e Pesquisa. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- PAELINCK, J. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia regional:** textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 157-194.
- PAVÃO, E. S. **Formação, Estrutura e Dinâmica da Economia de Mato Grosso do Sul no Contexto das Transformações da Economia Brasileira.** 239 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2005.
- PEREIRA, A. S. O método estrutural-diferencial e suas reformulações. **Teoria e evidência**

**econômica**, v.5, n.9, p.91-103, maio/1997.

PEREIRA, S.; CAMPANILE, N. O método estrutural modificado: uma aplicação para o estado do Rio de Janeiro entre 1986 e 1995. **Teoria e Evidência Econômica**, V.7, n.13,p.121- 140, nov. 1999.

PÉRICLES, L. G.; CALAFANGE, L. P.; DOS ANJOS, M. L. C. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Social**. Alagoas: UFAL, 2003.

PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento, 1955. In: SCHWARTZMAN, J. (Org). **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PIFFER, M.; ALVES, L.R. Política Deliberativa: Um instrumento da Democracia para o Desenvolvimento Regional. **Temas & Matizes**, v. 8, p.141-154, 2009

\_\_\_\_\_. **SPI. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74**. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/322>>. Acesso em: 07 de out. de 2018.

POCHMANN, M. **Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil**.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Brasília: IPEA, 2004. (Textos para discussão, n.1011).

ROSTOW, Walt White. A decolagem para o crescimento autossustentado. In: AGARWALA, A.; SINGH, P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 181-212.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: RS: AGF, 2006.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Cambridge: Harvard University, 1934.

\_\_\_\_\_. **The theory of economic development**. Cambridge: Harvard Univeresity, 1957.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - SEMADE. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. 2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico Sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**, 2016

SIEDENBERG, D. R. (2003). Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, p. 45 - 71, 2003.

SOUZA, N.J. Economia Regional: Conceitos e fundamentos teóricos. In: **Perspectiva Econômica**, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v.11, n. 32, 1981, p. 67-102.

SOUZA, A.O. **Mato Grosso do Sul no contexto dos novos paradigmas de integração e desenvolvimento nacional**. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

- SPENCE, M.; HAZARD, H.A. **International competitiveness edited by A Cambridge**, MA: Ballinger Publishing Co., 1988, 451pp.
- STORPER, M. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**, London, UK and New York, NY, USA: Guilford Press, 1997.
- TANA, A.C.; SANTANA, A.L. Mapeamento e análise de arranjos produtivos locais na amazônia. **Teoria e Evidência Econômica - Passo Fundo**, v. 12, n.22, p. 9 - 34, 2004.
- VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.
- VIEIRA, R.M. **A Dinâmica do Mercado de Trabalho Formal no Estado de Mato Grosso do Sul-MS, no Período de 1990 a 2010: Uma Aplicação do Método Estrutural-Diferencial**. 2012. 135 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia do Desenvolvimento, UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- VON-THUNEN, J.H. **Der isolierte staat in beziehung auf landwirtschaft und nationalökonomie**. Hamburg: Perthes, 1826. Translation: The isolated state. Oxford: Pergammon Press, 1966.
- WEBER, A. **Theory of the location of Industries**, 1909. The University of Chicago Press. CHICAGO, 1929.
- WILLIAMSON, J.G. Desigualdes regional e processo de desenvolvimento nacional: descrição dos padrões. In: SCHWARTZMAN, J. (Org). **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.